

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE HISTÓRIA**

**GABRIEL ARTUR ROESLER**

**DESENVOLVIMENTISMO, INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E AGROTÓXICOS:  
A QUESTÃO DOS NAMBIQUARAS DO VALE DO GUAPORÉ DURANTE A DÉCADA  
DE 1970**

**CHAPECÓ  
2025**

**GABRIEL ARTUR ROESLER**

**DESENVOLVIMENTISMO, INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E AGROTÓXICOS:  
A QUESTÃO DOS NAMBIQUARAS DO VALE DO GUAPORÉ DURANTE A DÉCADA  
DE 1970**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto

**CHAPECÓ**

**2025**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Roesler, Gabriel Artur  
DESENVOLVIMENTISMO, INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E  
AGROTÓXICOS: A QUESTÃO DOS NAMBIQUARAS DO VALE DO  
GUAPORÉ DURANTE A DÉCADA DE 1970 / Gabriel Artur  
Roesler. -- 2025.  
52 f.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2025.

1. Tordon 155. 2. Agrotóxicos. 3. Nambiquaras. 4.  
História Ambiental. 5. Vale do Guaporé. I. Moretto,  
Samira Peruchi, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

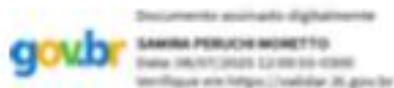
**GABRIEL ARTUR ROESLER**

**DESENVOLVIMENTISMO, INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E  
AGROTÓXICOS: A QUESTÃO DOS NAMBIQUARAS DO VALE DO GUAPORÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Licenciado em História.

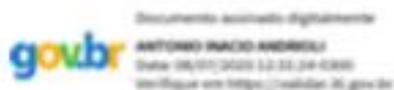
Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 08/07/2025.

**BANCA EXAMINADORA**



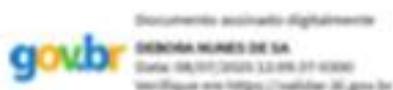
---

**Prof.ª Dr.ª Samira Peruchi Moretto – UFFS**  
Orientadora



---

**Prof. Dr. Antônio Inácio Andrioli – UFFS**  
Avaliador



---

**Prof.ª Dr.ª Débora Nunes de Sá – UFFS**  
Avaliadora

Dedico este trabalho a Solange Fátima de Jesus  
e Mauri Lauri Roesler (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Acredito que escrever os agradecimentos seja a tarefa mais difícil imposta pela universidade a um graduando. Talvez isso aconteça porque a escrita parece um agradecimento insuficiente, e é isso que a torna tão difícil. Ou, quem sabe, porque representa a realização de um ciclo que está realmente chegando ao fim. Olhando um pouco mais para o passado, talvez a dificuldade esteja no peso da pergunta: como agradecer por quase cinco anos? Ainda não sei.

Bom, começo pelos agradecimentos “formais”, mas nem por isso menos sinceros: agradeço à professora Samira Peruchi Moretto, que me orientou nesta pesquisa e, também, durante parte da minha trajetória no Laboratório Fronteiras. Agradeço, igualmente, ao professor Claiton Márcio da Silva, que me acompanhou por um longo período no Laboratório e foi quem me apresentou a temática que originou esta pesquisa. Se hoje concluo este trabalho, é porque ambos, em algum momento, ousaram acreditar em mim. Estendo também este agradecimento ao Laboratório Fronteiras e ao Observatório Social e Ambiental da Soja no Conesul.

Agora, uma gratidão difícil de ser escrita: à minha família. À minha mãe, Solange, e à minha irmã, Bruna, devo mais do que posso compreender. Obrigado por terem sido as bases que sustentaram a minha formação. Sem a dedicação e o apoio de vocês, provavelmente nada teria sido tão “fácil”. Não há verbo que alcance a dimensão do que fizeram por mim. Obrigado por me darem forças. Agradeço também ao meu irmão, Gustavo, e aos meus avós, Lurdes e Diomar.

Mas é no silêncio que agradeço a alguém cuja ausência é presença constante: meu pai, Mauri. Não posso lhe pedir que leia estas palavras, e talvez por isso elas se tornem mais dolorosas. Sua partida deixou um vazio que quase nenhuma conquista preenche. Ainda assim, sinto que sua força ainda me habita, me dá forças.

Aos amigos da universidade, ainda que sem nomeá-los, deixo meu afeto e gratidão. Aos meus amigos de longa data, Weli, Leo, Lara, Ana e Heloisa, muito obrigado por me acompanharem, mesmo que à distância. Todas as idas para Três Passos foram mais leves e divertidas com vocês. E ao meu amigo Seidel (*in memoriam*), muito obrigado por ter estado ao meu lado. Sua lembrança me acompanha e continua viva na memória.

Realmente, escrever agradecimentos é como tentar “conter o mar com as mãos”.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de utilização de agrotóxicos, especialmente o Tordon 155 (composto principalmente pelo 2,4,5-T), sobre os povos indígenas Nambiquara no Vale do Guaporé, no estado de Mato Grosso durante a década de 1970, bem como, a realização da construção de uma análise sobre o processo histórico de integração territorial que levou até o uso de agrotóxicos contra os Nambiquaras do Vale do Guaporé, a partir da construção da BR-364, no início da década de 1960. Buscando compreender como políticas desenvolvimentistas, voltadas para a integração e exploração econômica do território nacional, combinadas com a omissão de instituições brasileiras, resultaram na destruição ambiental do território Nambiquara e na violência contra os seus povos. A pesquisa se baseia na teoria da História Ambiental, que examina as complexas relações entre ser humano e natureza, para analisar o impacto da chegada da BR-364 e das agropecuárias na região, contrastando os modos de vida e produção indígena e do colonizador. As fontes utilizadas incluem documentos de instituições governamentais como a FUNAI, relatórios do SNI, materiais de ONGs como a Associação Nacional de Ação Indigenista e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas, além de notícias de jornais da época. A necessidade de integrar o território nacional, por meio da expansão das fronteiras agrícolas do Brasil, ocasionado por políticas desenvolvimentistas culminou em um intenso processo de transformação ambiental do território tradicional Nambiquara do Vale do Guaporé, bem como, o uso de agrotóxicos sobre os indígenas e suas aldeias.

Palavras-chave: Tordon 155, Agrotóxicos, História Ambiental, Vale do Guaporé.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the use of herbicides, particularly Tordon 155, which is primarily composed of 2,4,5-T, against the Nambiquara Indigenous peoples in the Guaporé Valley region of Mato Grosso during the 1970s. It also seeks to construct a historical analysis of the territorial integration process that led to the use of such chemicals, beginning with the construction of the BR-364 highway in the early 1960s. The research investigates how developmentalist policies aimed at national integration and economic exploitation, combined with the omission of Brazilian institutions, resulted in environmental destruction of the Nambiquara territory and violence against its peoples. Grounded in Environmental History theory, which explores the relationship between humans and nature, the study examines the impact of BR-364 and agribusiness expansion in the region, contrasting Indigenous and settler modes of life and production. The sources used include documents from government institutions such as FUNAI, reports from the National Intelligence Service (SNI), materials from NGOs like the National Association for Indigenous Action and the Indigenous Missionary Council, as well as newspaper articles from the period. The need to integrate the national territory through the expansion of Brazil's agricultural frontier, driven by developmentalist policies, culminated in a profound environmental transformation of the traditional Nambiquara lands in the Guaporé Valley, as well as the use of Tordon 155 on Indigenous communities and their villages.

**Keywords:** Tordon 155, Herbicides, Environmental History, Guaporé Valley.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa com indicação da área de transferência de povos indígenas na região do Vale do Guaporé .....	16
Figura 2 – Mapa de localização dos territórios indígenas Nambiquara .....	34
Figura 3. Mapa demonstrativo das liberações efetuadas pela SUDAM .....	38

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Agropecuárias que receberam certidões negativas da FUNAI .....	36
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2,4-D	2,4-diclorofenoxiacético
2,4,5-T	2,4,5-triclorofenoxiacético
FBC	Fundação Brasil Central
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
JK	Juscelino Kubitschek
OPA	Operação Pan-Americana
PSD	Partido Social Democrático
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCDD	Tetraclorodibenzeno-p-dioxina
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRO.....</b>	<b>20</b>
2.1	A ERA VARGAS E O DESENVOLVIMENTISMO.....	20
2.2	<i>A ERA VARGAS, A MARCHA PARA O OESTE E A FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL: DESENVOLVIMENTOS PARA O ECOCÍDIO .....</i>	<i>21</i>
2.3	<i>FIM DO ESTADO NOVO, DUTRA E SEGUNDO GOVERNO VARGAS.....</i>	<i>25</i>
2.4	A VISÃO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKE E A CONSTRUÇÃO DA BR-364 (BR-029) .....	29
<b>3</b>	<b>A QUESTÃO NAMBIQUARA: TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL E AGROTÓXICOS. ....</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1961 e 1971, os Estados Unidos pulverizaram as terras do Vietnã com milhões de litros de agrotóxicos<sup>1</sup>, apelidados de agentes coloridos. O objetivo visado pelo emprego dos herbicidas no território vietnamita era destruir a vegetação local, como uma forma de travar a ação guerrilheira, da Frente Nacional pela Libertação do Vietnã, dependente da flora daquele ambiente, além de comprometer o sistema de abastecimento alimentar do grupo. O mais conhecido, e o mais utilizado, entre os agentes coloridos<sup>2</sup> foi o Agente Laranja. O Agente Laranja é extremamente tóxico, devido a sua composição química. Em sua estrutura, há a presença de dois herbicidas hormonais, o ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D)<sup>3</sup>, e o ácido 2,4,5-triclorofenoxiacético (2,4,5-T)<sup>4</sup>.

Os herbicidas hormonais são compostos químicos sintéticos que imitam os hormônios vegetais naturais das plantas, como as auxinas, que são responsáveis pelo regulamento do crescimento e desenvolvimento das plantas. No presente caso, o 2,4,5-T é um elemento fundamental para o presente trabalho, visto que, trata-se de um herbicida extremamente tóxico, capaz de conter o TCDD (tetraclorodibenzeno-p-dioxina), que se trata de um subproduto que pode surgir com a sintetização do herbicida. O TCDD é a dioxina mais tóxica conhecida pelo ser humano, que possui efeito cancerígeno e teratogênico (Zierler, 2011).

Durante a graduação, integrei e fui bolsista de iniciação científica do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS. Durante a minha participação no laboratório, me interessei nos estudos que envolviam os agrotóxicos, nesse caso, em especial, o Agente Laranja. A partir disso, em conversas com o Professor Doutor Claiton Márcio da Silva, surgiu a ideia de investigar a possível utilização de Agente Laranja no Brasil, algo amplamente discutido ao longo da década de 1970, um assunto presente em diferentes notícias de jornais. Entretanto, a temática que exploro no presente trabalho, relacionada ao grupo indígena Nambiquara<sup>5</sup>, surge a partir de uma busca que realizei nos arquivos da Comissão Nacional da Verdade. A partir disso, passei-me a questionar qual poderia ser a razão para o uso de agrotóxicos contra aqueles

---

<sup>1</sup> Utilizo o termo Agrotóxico por discordar de denominações como “defensivos agrícolas”, ou outros conceitos semelhantes, que buscam esconder a toxicidade dessas substâncias.

<sup>2</sup> Os agrotóxicos utilizados pelos Estados Unidos foram nomeados a partir da cor presente nos tonéis em que eram armazenados. As cores eram verde, azul, rosa, roxo, branco e laranja, entretanto, o agente verde nunca foi pulverizado de forma isolada, ele era misturado com o agente rosa. (Stellman, et al. 2003)

<sup>3</sup> O 2,4,-D é uma auxina sintética, produzida a partir de reações entre ácidos fenoxiacéticos e cloro, nesse caso, contém dois átomos de cloro nas posições 2 e 4 do anel benzênico.

<sup>4</sup> O 2,4,5-T também é uma auxina sintética produzida da mesma forma que o 2,4-D, entretanto, essa substância contém três átomos de cloro nas posições 2, 5 e 5 do anel benzênico. Esse átomo de cloro a mais em sua estrutura o diferencia significativamente.

<sup>5</sup> Utilizo a grafia Nambiquara para designar o povo, entretanto, o nome do território indígena emprega outra grafia.

indivíduos, e quais processos possibilitaram tais eventos, assim, surgiu a motivação para a realização da presente pesquisa.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de utilização de agrotóxicos contra os povos indígenas Nambiquara, do Vale do Guaporé, durante a década de 1970, vitimados em um processo violento, originado de políticas desenvolvimentistas que visavam a integração de todo o território nacional para a sua exploração econômica, combinado com a omissão de instituições brasileiras. Além disso, busca-se a realização da construção de uma análise sobre o processo histórico de integração territorial que levou até o uso de agrotóxicos contra os Nambiquaras do Vale do Guaporé, a partir da construção da BR-364, no início da década de 1960.

O Vale do Guaporé, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, abrangendo partes dos estados de Mato Grosso e Rondônia, é o território tradicional de parte da etnia Nambiquara. Entretanto, o território tradicionalmente ocupado por esse povo indígena pode ser recortado em três regiões: a Chapada dos Parecis, considerada a parte oriental do território, o Vale do Guaporé, parte ocidental do território e o norte de seu território, a Serra do Norte. A região do Vale do Guaporé é composta predominantemente pela floresta amazônica, todavia, também há presença do cerrado no território, ou seja, é uma vegetação marcada pela transição entre a floresta amazônica e o cerrado.

Em relação à temática estudada, o desenvolvimentismo durante o governo de Getúlio Vargas e de JK, bem como ditadura civil-militar são campos com uma ampla discussão. Contudo, tratando-se das populações indígenas, as bibliografias possuem dimensões menores. Ao tratar especificamente sobre a temática dos Nambiquara, há um campo maior de estudos vinculados a área da linguística<sup>6</sup>, antropologia e etnohistória, sendo que, trabalhos na área da história são diminutos.

---

<sup>6</sup> BELO, Edney Alexandre de Oliveira. Os classificadores em línguas amazônicas e na família Nambikwara. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.  
BRAGA, Ana Gabriela Modesto. **FONOLOGIA NEGAROTÊ: análise fonológica da língua do grupo negarotê**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.  
CAVALCANTE SANTANA, Áurea .; YALIKAWAINDALOSSU NAMBIKWARA, V. . S. .; SAWENTESU NAMBIKUARA, N. Observações fonéticas e fonológicas das vogais na língua Wakalitesu. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/63598>.  
COSTA, Paula Mendes. **Fonologia segmental e suprasegmental do Nambikwara do Campo (Nambikwara do Sul)**. 2020. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.  
NETTO, Luiz Antonio de Sousa. **Fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Nambikwára do Sul)**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.  
SILVA, Sivaldo Correia da. **Uma gramática descritiva do Nambikwara do Campo (Nambikwara do Sul)**. 2021. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.  
TELLES, S.. Traços laringais em Latundê (Nambikwára do Norte). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 291–306, maio 2013.

No campo da Antropologia, há também diversos estudos sobre as etnias que compõem o grupo Nambiquara. Talvez, um dos antropólogos mais conhecidos a ter estudado a etnia Nambiquara tenha sido Claude Lévi-Strauss, no entanto, a produção de David Price, em especial seu livro “*Before the Bulldozer: the nambiquara indians and the world bank*”, é de extrema relevância para o presente estudo, uma das principais fontes utilizadas.

Tratando-se do campo específico de trabalhos de história sobre os Nambiquara, que são de maior relevância para o presente estudo, destacam-se o trabalho de duas historiadoras, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa<sup>7</sup> e Rayane Barreto De Araújo<sup>8</sup>. O presente trabalho busca inserir-se em um campo pouco explorado pelas autoras, que é a utilização de agrotóxicos contra os Nambiquaras do Vale do Guaporé, em especial o Tordon 155. Além disso, a perspectiva da presente pesquisa também se difere das duas autoras, a primeira produz uma etno-história Nambiquara, a segunda analisa os processos de remoção dos grupos Nambiquaras do Vale do Guaporé para a Reserva Nambikwara, criada durante a ditadura civil-militar.

Entretanto, o presente trabalho pretende analisar o uso de agrotóxicos contra os indígenas, pois, diferentes vilas na região foram pulverizadas pelo TORDON 155 (que possui como principal base ativa o 2,4,5-T). E, após a proibição do TORDON 155 no Brasil, o uso do TORDON 101 (que possui como base ativa o 2,4-D). Essa perspectiva surge, pois, o antropólogo David Price relatou crianças nascendo com defeitos congênitos em algumas aldeias indígenas na região do Vale do Guaporé, em especial na aldeia do grupo Hahaintesu.

O recorte temporal da pesquisa (décadas de 1960 a 1970) é definido a partir de um dos projetos de desenvolvimento e de infraestrutura concebidos pelo estado brasileiro, a construção da BR-364. Anos antes de David Price chegar ao Brasil, o acesso até os Nambiquaras já havia sido facilitado com a construção da BR-364. A rodovia, em seu primeiro traçado, foi construída durante o governo JK, sendo que a construção se iniciou em 1960, uma estrada de terra. O antropólogo aponta que quando chegou na região, ainda havia poucos colonizadores. Price estudou os Nambiquaras por três anos, após isso voltou para os Estados Unidos terminar sua monografia em antropologia social (Price, 1989).

Em 1973 ele volta para o Brasil e consegue um emprego na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), um contrato de dois anos. Entre os anos de 1974 e 1976, David Price

---

<sup>7</sup> COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. **Wanintesu**: um construtor do mundo nambiquara. 2008. 494 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Rayane Barreto de. **ENTRE A VIOLÊNCIA E O CAMINHO DE VOLTA**: a resistência dos nambiquara do vale do guaporé durante a ditadura militar (1968-1975). 2020. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

trabalhou em um projeto para dar assistência aos Nambiquaras, se envolvendo com áreas como a saúde, educação e o reconhecimento oficial das terras indígenas da etnia. Contudo, o antropólogo aponta que os seus esforços para dar assistência aos indígenas iam contra a vontade daqueles interessados nas terras daquele povo. Quando o seu contrato acabou, em 1976, a FUNAI não o renovou e Price voltou para os Estados Unidos. O autor descreve então que, quatro anos depois, o Banco Mundial entrou em contato com ele. A instituição teria interesse na experiência do antropólogo, visto que a proposta de financiamento do Banco Mundial era para um projeto que tratava da construção de uma variante da rodovia, que cruzaria o território ocupado pelos Nambiquaras do Vale do Guaraporé (Price, 1989).

Um dos pontos centrais no relato de David Price (1989), e de grande relevância para o presente trabalho, trata-se da forma como o indígena era visto na região. De acordo com Price, ao conversar com diferentes indivíduos, percebeu que para os membros da “civilização”, os indígenas eram extremamente estereotipados, vistos enquanto mais próximos de animais do que humanos:

O que o estereótipo resulta é uma imagem dos índios como menos do que humanos. Os índios são vistos mais como animais do que como pessoas. Na verdade, há uma frase comum: "*O índio é bicho do mato*". Coerente com essa ideia está a crença de que todos os índios são nômades e não têm morada fixa — até serem "assentados" em vilarejos sob administradores brasileiros. Ser civilizado é viver na cidade, e parece lógico (independentemente das evidências) que os selvagens devem vagar sem rumo, como animais. (Price, 1989, p. 10-11)

Conforme Price (1989), os indígenas, para os brancos da região, não eram propriamente seres humanos, logo, passíveis de serem também descartados, movidos de lugar, roubados, num geral, não deveriam possuir direitos.

A redução dos índios ao status de animais justifica sua exploração. Eles não precisam ter direitos humanos. Você pode mantê-los em servidão. Você pode pegar seus filhos e tratá-los como animais de estimação. E, claro, você pode tomar suas terras. Lembrome particularmente de um senhor idoso que conversou comigo na sala de jantar de um hotel onde eu estava hospedado. Ele fez um argumento contra os índios em termos econômicos claros. "Diga-me isso," ele disse. "Por que os índios deveriam ter direito à terra se não produzem nada nela?" (Price, 1989, p. 10-11)

Ou seja, essa visão corrobora para a situação da tomada de suas terras de maneira ilegal por parte dos empreendimentos agropecuários, bem como pela despreocupação com a vida dos indígenas por parte dos fazendeiros que aplicavam substâncias altamente tóxicas nas redondezas de suas aldeias. A lógica é simples, como os indígenas não produzem em sua terra, alguém deve produzir. O ideal de produtividade é essencial para a análise, visto que é esse conceito, produtividade, que vai ser um dos motores da ditadura civil-militar, mas também dos

governos desenvolvimentistas. Contudo que a produtividade aumentasse, talvez, não houvesse muito problema em alguns indígenas mortos ou deslocados de suas terras.

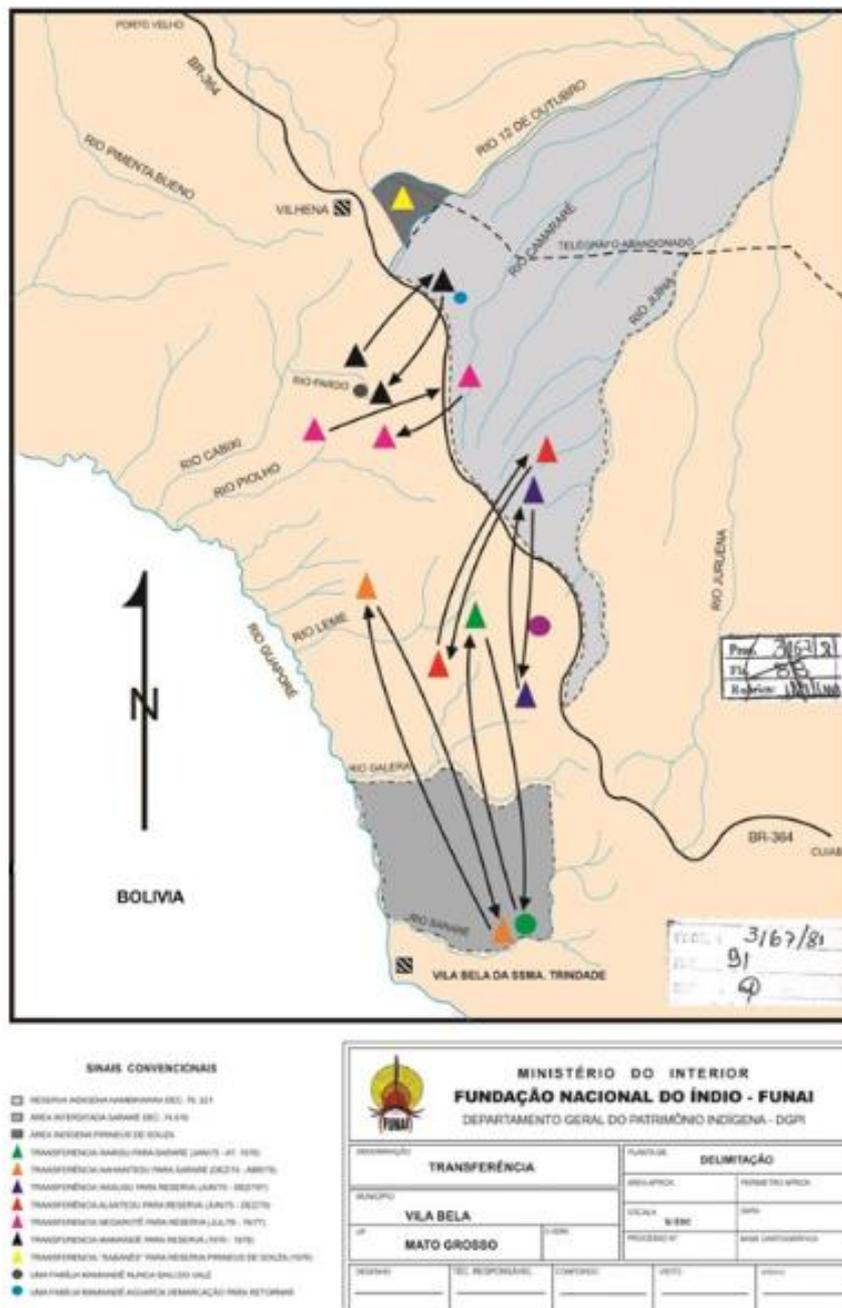
Essa perspectiva levantada por Price pode ser utilizada para explicar a ação dos indivíduos que adentraram os territórios indígenas dos Nambiquaras após a construção da BR 364 (Cuiabá-Porto Velho). Em 1960, a construção da estrada (BR-364) na região (figura 1) causou um “boom” imobiliário e resultou na venda e revenda das terras Nambiquara, que não tinham donos legais, visto que aquele território, na teoria, seria do governo federal. O governo da ditadura, com o financiamento do Banco Mundial, em 1980, promoveu o asfaltamento e ampliação do trecho, finalizado em 1983. Entretanto, a chegada das agropecuárias<sup>9</sup> já se iniciou com a primeira versão da rodovia. O asfaltamento apenas intensificou a presença de colonizadores na região.

A partir da chegada dessas empresas, em 1960, iniciou-se um processo de desmatamento na região, por meio de queimadas, agrotóxicos e o uso de maquinários para derrubada das árvores. O objetivo dos fazendeiros era a limpeza do território para a criação de pasto, visando a pecuária extensiva. Portanto, aqueles territórios eram terras indígenas Nambiquara. A problemática principal, vinculada à saúde dos indígenas, surge com os laudos negativos da FUNAI.

Figura 1. Mapa com indicação da área de transferência de povos indígenas na região do Vale do Guaporé

---

<sup>9</sup> O conceito de Agropecuária é entendido aqui como a junção da agricultura, cultivo da terra, e a pecuária, criação de animais. Contudo, no Vale do Guaporé a modalidade mais empregada foi a de um sistema Agropastoril, ou seja, a pecuária bovina juntamente da agricultura.



Fonte: Lemos de Souza, Oliveira, 2019, p. 128.

Essas certidões negativas aprovaram a exploração dos territórios indígenas, baseando-se na criação da reserva indígena Nambiquara em 1968. Contudo, a reserva criada pela FUNAI era em um território distante, onde apenas cerca de 15% dos Nambiquaras viviam tradicionalmente, não incluindo territórios das regiões férteis do Vale do Guaporé (Araújo, 2020). Porém, a FUNAI realizou múltiplas transferências de diferentes grupos para a reserva indígena Nambiquara.

Com o presente trabalho, busca-se expandir o debate acerca da história da etnia indígena Nambiquara, em especial acerca da destruição ambiental em seu território, mas também do uso

de agrotóxicos. Para tanto, utiliza-se como embasamento teórico a História Ambiental que, conforme Donald Worster (1991), surge a partir de um esforço revisionista, em meados da década de 1970, com o objetivo de tornar a história mais inclusiva em suas narrativas, considerando não apenas aspectos políticos, mas também ambientais, culturais e sociais. Portanto, para o presente trabalho, a História Ambiental se faz necessária. É por meio da História Ambiental que surge a possibilidade do entendimento não apenas sobre a devastação natural que ocorreu na região do Vale do Guaporé, mas também sobre a tentativa da destruição dos povos tradicionais e sua cultura, empregadas pelos colonizadores.

Worster (1991) destaca a importância de analisar os modos de produção de uma sociedade e seu impacto no ambiente. No caso dos Nambiquara, a chegada da BR-364 e das agropecuárias causou um choque entre diferentes “modos de produção”, com consequências devastadoras para o ambiente e para a cultura indígena. Ou seja, a História Ambiental permite entender a relação tradicional dos Nambiquara com seu ambiente, suas formas de produção e como eles se inseriam no ecossistema local antes da chegada dos colonizadores. Mas também analisar o impacto da chegada da BR-364 e das agropecuárias e, conseqüentemente, o choque entre diferentes modos de produção (indígena [forma de produção] e colonizador [modo de produção]) e as consequências para o ambiente e para a cultura Nambiquara.

Utilizou-se, em especial, relatos de antropólogos que atuaram com os Nambiquaras durante o período estudado, como David Price, Silbene de Almeida, Eleonore Setz e Pedro Agostinho da Silva, todavia, também se utilizou dados disponíveis em relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), livros e pronunciamentos. Grande parte das fontes foram localizadas no acervo do Arquivo Nacional e no Acervo do Instituto Socioambiental.

A partir disso, no segundo capítulo será apresentada uma breve evolução histórica da ideia de desenvolvimento no Brasil. A análise inicia-se com a Era Vargas, período marcado por reformas estruturais e pela criação de instituições. Durante esse período, destaca-se a Marcha para o Oeste e a atuação da Fundação Brasil Central como marcos de um projeto de integração territorial que ignorava os direitos indígenas e promoveu a ocupação de seus territórios. O capítulo também aborda o governo Dutra e o segundo governo Vargas, discutindo a consolidação de políticas desenvolvimentistas, que encontrariam maior expressão no governo Juscelino Kubitschek, com destaque para o Plano de Metas e a construção da BR-364, articulando integração nacional e expansão da fronteira agrícola.

Já o terceiro capítulo será dedicado à análise das consequências da construção da BR-364 para os povos Nambiquara, em especial no Vale do Guaporé. Contudo, o foco recai sobre a transformação ambiental causada pela ocupação agropecuária incentivada pelo Estado, com

desmatamentos, queimadas e uso intensivo de agrotóxicos em áreas próximas às aldeias. Portanto, o capítulo discute os impactos dessas ações no território tradicional dos Nambiquara, bem como os deslocamentos forçados promovidos pela FUNAI e as consequências na saúde das comunidades indígenas pelo uso de agrotóxicos, especialmente os grupos Alantesu e Hahaintesu.

## **2 BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRO**

### **2.1 A ERA VARGAS E O DESENVOLVIMENTISMO**

A ideia de desenvolvimentismo no Brasil, por meio de projetos políticos, talvez possa ser datada a partir do fim da República Velha.<sup>10</sup> Digo isso, pois, a ideia de um desenvolvimentismo, entendido aqui enquanto uma política realizada por um estado, que visa o financiamento e incentivo direto a certos setores da economia de um país para atingir um determinado objetivo, nesse caso o desenvolvimento<sup>11</sup> econômico, em especial através da industrialização (Fonseca, 2004), é praticado, pela primeira vez, como um aspecto central de um governo, durante a Era Vargas<sup>12</sup>.

Durante a Era Vargas, não se referindo exclusivamente ao Estado Novo<sup>13</sup>, o país passaria por um intenso processo de modernização, especialmente na esfera política, com a criação de novos ministérios, o código eleitoral e a instituição do voto feminino. Talvez um dos pontos mais importantes tenha sido o fortalecimento da esfera federal, em contraponto ao enfraquecimento do controle estadual e municipal sobre questões como educação, saúde e economia (Skidmore, 1982).

Além disso, houve o início de uma longa fase de industrialização<sup>14</sup>, conforme Earp e Kornis (2004), o governo Vargas não se iniciou com um projeto de industrialização, no entanto, essa medida se fez necessária devido às condições externas, em especial as restrições a partir dos anos de 1940. Ou seja, a industrialização é motivada pela crise de 1929 e impulsionada pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, especialmente notável a partir de 1940 (Skidmore, 1982).

De acordo com Maria Leopoldini (2019), o Brasil foi um dos países que mais se desenvolveram economicamente no século XX, especialmente no período de 1929-1987, com

---

<sup>10</sup> Esse é um tema controverso, tendo em vista que há autores que argumentam que a origem do desenvolvimentismo teria ocorrido no final do século XIX.

<sup>11</sup> Entendo o conceito de “desenvolvimento” enquanto a ideia de um processo de crescimento.

<sup>12</sup> A Era Vargas (1930-1945) foi um dos períodos mais marcantes da história política do Brasil, quando Getúlio Vargas governou o país, primeiro como chefe do governo provisório (1930-1934), depois como presidente indiretamente eleito em uma assembleia constituinte (1934-1937), e finalmente como ditador durante o Estado Novo (1937-1945)

<sup>13</sup> O Estado Novo (1937-1945), fase ditatorial desse período, iniciou-se com um golpe de Vargas sob pretexto de ameaça comunista, consolidando um governo autoritário. Caracterizou-se pela censura, repressão política e fortalecimento do nacionalismo, além de um incentivo à industrialização.

<sup>14</sup> Há uma vasta discussão acerca desse tópico relacionado a administração de Vargas, entretanto, é uma polêmica que não abordarei no presente trabalho.

esse crescimento intensificado durante o primeiro governo de Vargas. A autora, a partir da análise de Celso Furtado, argumenta que, com as crises externas, intensificou-se, indiretamente, o processo de industrialização por substituição de importações<sup>15</sup> e, sobretudo, houve a formação de diferentes organismos e instituições<sup>16</sup> durante a Era Vargas que desempenharam um papel central no desenvolvimento econômico do Brasil.

Esses organismos e instituições foram criados conforme as necessidades de que se faziam presentes no país em diferentes momentos (Earp, Kornis, 2004), ou seja, por exemplo, quando foi necessário pensar na proteção dos produtores, industriais e exportadores de pinho, criou-se o Instituto Nacional do Pinho, buscando cumprir essa função. Nesse sentido, a indústria passou a ter uma função diferente no espectro econômico brasileiro durante e após a Era Vargas, que passou a interferir de maneira ativa no processo de industrialização da nação, indiretamente ou não, tornando-se um dos aspectos centrais na busca pelo desenvolvimento.

## *2.2 A ERA VARGAS, A MARCHA PARA O OESTE E A FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL: DESENVOLVIMENTOS PARA O ECOCÍDIO*

A expansão da fronteira agrícola brasileira, visando ocupar os chamados "vazios demográficos", era um dos principais projetos e preocupações do governo Vargasista. A Marcha para o Oeste, instituída durante o Estado Novo, foi um dos primeiros projetos governamentais com caráter desenvolvimentista, visando a integração do interior brasileiro. Esse projeto visava o desenvolvimento socioeconômico regional, a colonização agrícola e a ocupação demográfica dos estados de Goiás, Mato Grosso e territórios genericamente descritos como Amazônia (Kohlhepp; Silva, 2022), com o objetivo central de povoamento, exploração econômica das "novas terras" e fortalecimento dos domínios nas áreas de fronteira.

---

<sup>15</sup> Earp e Kornis (2004) argumentam, também, que o próprio crescimento da economia brasileira, advindo da recuperação da economia cafeeira, aumentou a procura de manufaturados brasileiros, porém, apenas com a Segunda Guerra Mundial haveria a prioridade para projetos de industrialização nacional.

<sup>16</sup> Alguns dos organismos, instituições, planos e conselhos mais notáveis, além dos já mencionados anteriormente no corpo do texto, criados durante a Era Vargas seriam o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Ministério da Educação e Saúde Pública; Conselho Federal do Comércio Exterior; Instituto Nacional de Estatística; Código de Minas; Código de Águas; Plano Geral de Viação Nacional; Conselho Brasileiro de Geografia; Departamento Administrativo do Serviço Público; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa; Comissão de Defesa da Economia Nacional; Fábrica Nacional de Motores; Companhia Siderúrgica Nacional; Companhia Vale do Rio Doce; Instituto Nacional do Pinho; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Coordenação da Mobilização Econômica; Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Consolidação das Leis do Trabalho; Serviço Social da Indústria; Plano de Obras e Equipamentos; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Serviço de Expansão do Trigo; Superintendência de Moeda e Crédito (Earp, Kornis, 2004).

Em meio a esse processo de colonização, Vargas seria um líder capaz de guiar e organizar "os meios necessários pra consecução do progresso nacional" (Carvalho, 2018, p. 239). A ocupação do interior pelos colonos integraria a região ao restante da nação e levaria o desenvolvimento daquelas áreas "desocupadas". Foi na primeira metade da década de 1940 onde houve o início da campanha da Marcha para o Oeste, lançada em 1938, Vargas, enquanto um dos principais propagandistas daquele projeto, viajou pelo Brasil Central, Norte e Nordeste. Com a Marcha, iniciou-se a criação de diversas colônias agrícolas pelo interior do território brasileiro (Carvalho, 2018).

No contexto desse processo de colonização, Vargas se destacou como um líder capaz de direcionar e organizar os recursos necessários para a realização do progresso nacional, conforme apontado por Carvalho (2018). A ocupação do interior por colonos tinha como meta integrar a região ao restante do país e estimular o desenvolvimento daquelas áreas consideradas "desocupadas".

Nesse cenário, os projetos de abertura das fronteiras no interior do Brasil Central, implementados durante o Estado Novo (1937-1945), geraram uma "ilusão futurista" de progresso e prosperidade, centrados na jornada e na conquista do Oeste. A expansão da fronteira em direção às áreas de floresta tropical possibilitou a criação de uma infraestrutura logística, o que facilitou os projetos de expansão da malha rodoviária através da construção da rodovia Belém-Brasília, nas décadas de 1950 e 1960 (Kohlhepp; Silva, 2022).

O Estado Novo desempenhou um papel crucial na promoção da Marcha para o Oeste, pois, segundo Kohelhepp e Silva (2022) o projeto de ocupação do Brasil Central empregou estratégias legais, burocráticas e ideológicas para legitimar a conquista territorial do interior brasileiro, mas também a tentativa de ressignificação dos indígenas<sup>17</sup>, com o objetivo de ocupação de suas terras.

---

<sup>17</sup> Garfield, em *A luta indígena no coração do Brasil*, investiga como a expansão para o Oeste no século XX e as políticas do Estado Novo redefiniram a imagem dos povos indígenas no Brasil. A partir das análises das intervenções políticas, ideológicas e legais promovidas pelo Estado brasileiro, em especial durante o Estado Novo, o historiador aponta a criação de um "projeto político e discurso cultural para dominar os grupos indígenas e seus territórios" (2011, p.12). Sob a liderança de Getúlio Vargas, o governo promoveu um projeto nacionalista que ressignificou o indígena em duas principais representações. A primeira o consolidava como um ancestral distante, um dos "truncos formadores" da identidade nacional, ao lado de europeus e africanos. No entanto, essa valorização era meramente simbólica, reduzindo-o a um elemento folclórico e histórico, desvinculado das realidades contemporâneas dos povos indígenas. A segunda representação via o indígena como um sujeito a ser integrado e "civilizado" pelo Estado, por meio de políticas públicas que desconsideravam sua autonomia e especificidades culturais. Além disso, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) teve um papel central nessa estratégia, promovendo uma assimilação forçada por meio da educação, do trabalho e da reorganização social segundo padrões ocidentais. Além disso, essa nova perspectiva sobre os povos indígenas legitimava a ocupação de suas terras, um dos principais objetivos da política instituída pelo Estado Novo, sob o argumento da modernização do país.

As campanhas de incentivo à colonização implementadas no Brasil Central estavam intrinsecamente ligadas a um conjunto de medidas que visavam estimular o povoamento e a integração desse território à produção econômica nacional, além de promover a "modernização sociocultural das regiões Amazônica e do Brasil Central" (Maciel, 2012). Nesse contexto, a Fundação Brasil Central (FBC) emergiu como uma das principais iniciativas (Maciel, 2012). A FBC tinha a responsabilidade de organizar e coordenar o desbravamento, a exploração e a colonização no Oeste brasileiro, com foco especial na região setentrional dos rios Araguaia e Xingu.

A FBC, enquanto um instrumento estatal de territorialização, tinha como uma de suas missões "desbravar" e colonizar áreas consideradas "vazias" no coração do Brasil (Maia, 2019), apesar de não estarem realmente vazias. Criada após a Expedição Roncador-Xingu. Dotada de uma dupla natureza jurídica, sendo pública e privada, a FBC constituiu um amplo quadro de funcionários e explorou diversos negócios, controlando usinas de álcool, entrepostos, uma companhia ferroviária e uma de navegação, além de criar núcleos que se tornaram cidades (Maciel, 2012).

Em um relatório, sobre a FBC, elaborado pelo Engenheiro Paulo Osório Jordão de Brito<sup>18</sup>, é possível perceber pelo seu discurso, tanto a visão que se tinha sobre a necessidade da fundação, bem como a ideia que se tem sobre o território a ser "desbravado".

Colonizar a região distante, vasta e agressiva, entregue aos cuidados da Fundação, é obra para uma ou mais gerações, trabalho difícil e ingrato que exigira uma ação continuada. Será uma obra de sedimentação — comportando fases experimentais, — onde a tenacidade e o tempo serão os principais fatores de consolidação. (Jordão de Brito, 2022, p. 57)

A região do Brasil central era vista como "vasta e agressiva", e a ocupação daquele território tinha um objetivo central, a integração dele no cenário econômico, visto que, na visão do engenheiro, "Quem se lança em um problema de tal envergadura necessita, sobretudo, do conhecimento completo do terreno em que vai pisar; de suas possibilidades econômicas e de sua agressividade à ocupação pelo homem civilizado." (Jordão de Brito, 2022, p. 57). A Marcha para o Oeste, como um projeto do Estado varguista, visava promover o povoamento do Brasil Central pela "sociedade brasileira", integrando essa região ao restante do país por meio da exploração econômica e ocupação do território, além de criar projetos de infraestrutura para a integração da região e o escoamento de sua produção (Dias, Miziara, 2022).

---

<sup>18</sup> O relatório foi publicado originalmente em 1948, durante o governo Dutra, visando examinar a atuação e situação da FBC

Por meio da propaganda e da disseminação de uma narrativa construída para incentivar a ocupação dos interiores do Brasil, a Marcha para o Oeste expandiu as fronteiras demográficas e econômicas do Brasil Central, gerando conflitos com as populações indígenas (Maciel, 2012). Em uma análise relacionada ao primeiro artigo do Decreto-Lei 5878 de 1943, Maciel aponta que, o significado de “desbravar”, poderia ter vários significados, “conquistar” e “dominar” se encontravam, também, nesse repertório. De acordo com a historiadora, um dos lados dessas denominações vinculava-se aos habitantes daquele território, os povos indígenas, “A expressão ‘pacificar índios’, em voga na época, significava, em realidade, “amansar” índios, torná-los dóceis à dominação do homem branco.” (Maciel, 2012, p. 50).

Com a "conquista" daqueles territórios e o projeto de civilização destes, introduziu-se a ideia de uma natureza hostil, mas também "bruta, ou seja, intocada, virgem" (Maciel, 2022). Essa natureza foi retratada como um impasse a ser superado pelo progresso, através do adentramento e dominação do interior pela expansão das fronteiras demográfica e econômica (Diaz, Miziara, 2022).

A colonização agrícola promovida pelo Estado, impulsionada pela Marcha para o Oeste, resultou em conflitos com os povos indígenas, que perderam terras e recursos (Maia, 2019). A narrativa de um vazio demográfico ignorava a presença e os direitos desses povos, contribuindo para a desestruturação de suas comunidades (Garfield, 2000). A FBC estabeleceu convênios com o SPI para atuar em áreas indígenas, mas a integração dessas populações à sociedade nacional muitas vezes resultava em assimilação forçada e desvalorização de suas culturas (Maia, 2019).

A Marcha para o Oeste propagava o ideal de redenção do interior brasileiro, a ser realizada por indivíduos comprometidos em levar a civilização a espaços considerados inabitados e promissores. Esse interior, antes um espaço desconhecido, passou a ser visto como um espaço mítico cheio de possibilidades. No entanto, conforme Diaz e Miziara (2022) essa transformação estava condicionada à integração daquele território ao modo de produção capitalista, com a intervenção estatal visando transformar, também, as formas de produção através de modificações no espaço.

Com a migração para as regiões a serem dominadas, consolidou-se a representação da natureza não desbravada como um inimigo a ser superado pelo progresso, justificando o avanço e a dominação desse território. A natureza, antes vista como um conjunto de forças hostis, deveria ser vencida pelos colonizadores, que substituiriam o atraso pelos símbolos do progresso. Esse discurso fundamentou a expansão das fronteiras demográfica e econômica no Brasil Central, resultando em profundas modificações ambientais no território, visto como alvo

de um projeto de adestramento civilizatório, especialmente por meio das estradas e ferrovias, mas também pela distribuição de terras aos colonos, que utilizavam diferentes formas de lidar com a natureza, orientadas pelo trabalho e pela produção econômica (Dias, Miziara, 2022)

De acordo com Diaz e Miziara (2022), três grandes transformações socioambientais ocorreram como resultado do processo de colonização promovido pela Marcha para o Oeste. A primeira é ambiental, com desmatamento e queimadas para preparar as áreas para a agricultura. A segunda é social, marcada por migrações e imigrações que criaram uma nova cultura nesses locais. A terceira é econômica, com incentivos e investimentos que alteraram os processos produtivos e integraram esses territórios à economia nacional, aumentando os rendimentos regionais e incluindo obras de infraestrutura

A Era Vargas lançou as bases para um modelo de desenvolvimento que, embora tenha impulsionado a modernização do Brasil, também gerou custos sociais e ambientais significativos. A desconsideração dos direitos dos povos tradicionais e a visão utilitarista da natureza como um recurso a ser explorado foram elementos centrais desse modelo, que continuou a influenciar as políticas e os projetos de desenvolvimento no país nas décadas seguintes. A estrutura estabelecida na Era Vargas, com foco na modernização e na integração nacional, pavimentou o caminho para processos posteriores que perpetuaram a desconsideração dos direitos dos povos tradicionais e a promoção da destruição ambiental. Projetos como a construção da rodovia Belém-Brasília e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia seguiram essa lógica, resultando em conflitos fundiários, desmatamento e perda de biodiversidade.

### *2.3 FIM DO ESTADO NOVO, DUTRA E SEGUNDO GOVERNO VARGAS*

Por volta de 1943, começaram as manifestações, inicialmente cautelosas, em prol da redemocratização da nação e, no início de 1945, intensificaram-se os atos e manifestos contrários ao modelo autoritário de Vargas. Em 28 de fevereiro do mesmo ano, foi baixado um ato adicional que previa o estabelecimento de uma data para as eleições 90 dias após o decreto. Contudo, nessas eleições, Getúlio Vargas não se candidataria, abrindo espaço para um sucessor de seu governo, o General Dutra. No entanto, Vargas foi deposto de seu cargo em 29 de outubro de 1945, pelo general Góes Monteiro, devido a movimentações políticas e manifestações que havia feito e que descontentaram alas do exército, inclusive a de seu sucessor, General Dutra (Skidmore, 1982).

Após a deposição de Vargas, processo eleitoral que se iniciou em 1945 continuou, e a eleição foi realizada no dia 2 de dezembro. Os principais candidatos foram Eduardo Gomes,

militar, candidato pela União Democrática Nacional (UDN), sendo ele o candidato da oposição ao varguismo. O outro candidato era Eurico Gaspar Dutra, militar, e que foi Ministro da Guerra de Vargas e candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), que era visto como um sucessor de Vargas, por ser da base governista, e ter recebido manifestações de apoio do ex-ditador. (Skidmore, 1982).

A eleição se deu de forma tranquila. Dutra venceu com 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes recebeu 35%. O novo presidente tomou posse em 1946, e no mesmo ano foi criada e promulgada uma nova constituição (Skidmore, 1982). No governo Dutra, ao que tudo indica, a ideia da interiorização do Brasil não deixou de ser incentivada, pois instituições como a FBC continuaram existindo, contudo, outros investimentos diretos a essa função aparentemente não ocorreram. A instituição, a partir da redemocratização do Brasil, com a eleição de Dutra, passou a ser, de certa forma, abandonada, em especial devido à ausência de recursos financeiros, entretanto, as suas administrações ainda lutavam pela sua conservação e atuação, porém, foi na ditadura civil-militar que a instituição teve seu fim (Maciel, 2012).

O Governo Dutra foi caracterizado pelas preocupações do pós-guerra. A linha da nova administração era, de certa forma, conservadora, porém, praticava uma economia vinculada a um liberalismo clássico, um contraste à gestão anterior.

O período após o fim do Estado Novo foi marcado por uma disputa entre dois projetos de nação, os nacionalistas e os “entreguistas”. O primeiro grupo, buscava a continuação do projeto de desenvolvimento industrial e de uma autonomia brasileira frente aos Estados Unidos, já o segundo, apoiando-se no liberalismo econômico, buscava priorizar a agricultura e a agenda ideológica dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (FONSECA; SALOMÃO, 2003).

O primeiro governo de Vargas priorizou a autonomia brasileira e o projeto de industrialização, tirando proveito da situação internacional do período para o fortalecimento dos objetivos desenvolvimentistas. Já o governo de Dutra (1946-51), caracterizou-se pelo contrário, estreitando as relações de dependência com os Estados Unidos, além de uma maior abertura econômica ao exterior.

O governo Dutra foi marcado, além da bajulação político-diplomática, por uma submissão econômica aos interesses do capital exterior. Foi um período marcado por uma política econômica anti industrialista e com reduções dos investimentos públicos em pontos anteriormente considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Skidmore (1982) argumenta que a política econômica do governo Dutra possui duas fases: uma entre os anos de 1946-47 e a outra entre 1947-50. A primeira delas um liberalismo econômico em seu modelo ortodoxo, ou seja, sem qualquer tipo de interferência estatal, onde o

mercado é o principal regulador econômico. No entanto, de acordo com o brasilianista, esse tipo de política rapidamente teve que ser abandonada. A segunda fase iniciou-se em junho de 1947, e continuaria até o final do governo de Dutra. Nesse mesmo mês, o governo Dutra criou um conjunto de medidas que, mesmo sem saber, de acordo com o historiador, acabou por fomentar a industrialização brasileira.

Tratou-se de um sistema de importação e controle cambial, que manteve um alto valor da moeda brasileira. Na prática, houve uma dificuldade em importar bens de consumo e um favorecimento dos artigos essenciais e, devido a isso, a procura interna por bens importados continuava alta, o que favoreceu a expansão de uma indústria brasileira para suprir essa falta.

Aliado ao aumento de produção interna de bens de consumo, com o alto valor do cruzeiro (moeda da época), a exportação não parecia ser tão atraente, logo, o investimento voltou-se para o mercado interno (Skidmore, 1982). Portanto, Skidmore argumenta que, essa política criada durante o governo Dutra não tinha o objetivo de promover uma industrialização e sim controlar a inflação interna e equilibrar a balança de pagamentos.

Em relação a Vargas, ele voltaria à frente do executivo brasileiro após o fim do mandato de Dutra. Vargas retornou à presidência em 31 de janeiro de 1951. No entanto, em seu segundo governo o ex-ditador, porém, agora democraticamente eleito, continuou com o projeto desenvolvimentista. Tratando-se, novamente, das noções que guiavam a ideia de desenvolvimento para a segunda gestão de Vargas, a industrialização ainda tinha o seu papel, apesar das indústrias estarem concentradas na região sudeste do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo) (Skidmore, 1982). Havia sido retomado o projeto de desenvolvimento econômico através da substituição de importações, buscando incentivar o crescimento da indústria interna.

A realidade é que a noção de como atingir o desenvolvimento econômico ainda era um debate. Contudo, sabemos que o método escolhido foi um maior “dirigismo estatal” (Skidmore, 1982). Houve um maior incentivo por parte do governo em diferentes projetos, sejam eles de industrialização, rodovias, ferrovias, de abastecimento elétrico, etc. Uma das principais instituições<sup>19</sup> criadas nesse período foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

---

<sup>19</sup> No segundo governo de Vargas, além do BNDE, alguns dos principais organismos e instituições criadas foram o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico; Fundo Nacional de Reparcelamento Econômico; Banco do Nordeste do Brasil; Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Carteira de Comércio Exterior e Plano Nacional do Carvão (Earp, Kornis, 2004).

A partir dessa instituição alguns projetos foram criados, como a Petrobras, Eletrobrás<sup>20</sup>, obras de infraestrutura como ferrovias e estradas, além de um investimento no setor de abastecimento elétrico (Skidmore, 1982). Entretanto, muitos dos projetos iniciados no segundo governo Vargas foram finalizados apenas posteriormente. Porém, isso não significou um abandono ao desenvolvimento do setor agrícola e da expansão da fronteira agrícola. Na realidade, houve um grande incentivo para a mecanização agrícola e a utilização de uma tecnologia “melhor” nas produções, um “prelúdio” da Revolução Verde.

O segundo governo de Vargas retomou o projeto de desenvolvimento econômico através da substituição de importações, voltado para o crescimento da indústria interna. No entanto, nesse novo período, em meio a guerra fria, os Estados Unidos tornaram-se um fator essencial para o projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, e isso ocorreu em troca do apoio brasileiro à estratégia política dos Estados Unidos na Guerra Fria. Entre 1954 e 1958, após o suicídio de Vargas, novamente o projeto desenvolvimentista foi abandonado. Contudo, com o mandato de Juscelino Kubitschek, que tomou posse em 1956, a situação passaria a se alterar novamente (Fonseca; Salomão, 2003).

O sucessor de Vargas, Juscelino Kubitschek, empregaria, talvez, o maior “plano” desenvolvimentista do Brasil. Entre os inúmeros projetos incluídos nesse planejamento, encontrava-se a BR 364. A rodovia, talvez um dos símbolos do desenvolvimentismo da época, não apenas inaugurou uma nova fase de ocupação do território brasileiro, mas também marcou o início de um processo de profundas transformações no Vale do Guaporé, território de parte da etnia Nambiquara.

A construção da BR-364 pode ser compreendida como um dos desdobramentos da "Marcha para o Oeste", política incentivada durante a Era Vargas. Ambas as iniciativas, embora distantes no tempo, convergem na ideologia de progresso e desenvolvimento a partir da ocupação e exploração de territórios considerados como “vazios”. Essa visão, profundamente enraizada na política brasileira, desconsiderava sistematicamente a presença e os direitos dos povos indígenas, tratando-os como obstáculos ao avanço da "civilização". No caso da BR-364, a promessa de integrar o Brasil Central ao restante do país resultou na intensificação da ocupação do território Nambiquara por fazendeiros e empresas agropecuárias, inaugurando um ciclo de desmatamento, queimadas e conflitos violentos com os indígenas.

---

<sup>20</sup> Tanto a Petrobras quanto a Eletrobras, duas das maiores empresas estatais do Brasil, foram financiadas por bancos internacionais, como o Export-Import Bank of the United States e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), um dos braços do Banco Mundial. A Eletrobras foi proposta durante o governo Vargas, mas teve sua implementação posteriormente. (Skidmore, 1982)

## 2.4 A VISÃO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK E A CONSTRUÇÃO DA BR-364 (BR-029)

Durante o período eleitoral, em sua campanha para a presidência, JK destacou a necessidade de expandir os setores de produção de energia elétrica e transporte, considerados essenciais para o crescimento da produção industrial e para transformar o Brasil em um país "desenvolvido". O slogan de JK, "cinquenta anos em cinco", evidenciava seu caráter desenvolvimentista (MOREIRA, 2003).

As noções políticas, diplomáticas e econômicas durante o mandato de Juscelino Kubitschek não mais terão, inicialmente, o viés nacionalista existente durante os dois governos de Vargas. Isso se deve a uma alteração na forma de se realizar a diplomacia e a política externa, uma herança do período pós suicídio de Vargas. De acordo com Vizentini (2003), entre 1954 e 1958, a política externa, juntamente de uma abertura econômica ao capital externo, resultou em um alinhamento à política estadunidense semelhante ao do governo Dutra. Contudo, JK retomou o projeto de industrialização nacional de forma intencional, porém, em um setor diferente, o de bens de consumo duráveis.

Entretanto, a situação mudaria após 1958, onde o viés nacionalista retornou à diplomacia brasileira, porém, de forma moderada, não ultrapassando certos limites. Isso ocorreu devido à crise dos "50 anos em 5" e a questões internacionais, que possibilitaram ao governo retomar uma negociação mais voltada para o desenvolvimento interno brasileiro (Vizentini, 2003). A partir da Operação Pan-Americana (OPA), buscava-se melhores condições para a tentativa de desenvolvimento dos países da América Latina, em especial através de maiores créditos para investimentos em regiões economicamente atrasadas.

Todavia, por conta destes fatores, a partir de uma expansão da abertura econômica brasileira ao capital externo, Vizentini (2003) argumenta que o desenvolvimentismo de JK seria diferente do *nacional-desenvolvimentismo* de Vargas, tendo em vista que, a partir das associações com o capital externo e empresas transnacionais, o processo de industrialização seria mais próximo de um *desenvolvimentismo-associado*.

Para concretizar sua ambiciosa proposta de acelerar o desenvolvimento do Brasil, comprimindo o equivalente a dez mandatos em um, o governo de JK elaborou um programa que ficou conhecido como o "Plano de Metas". Com o objetivo de orientar a administração na execução de suas diretrizes, esse programa, de natureza econômica, foi estruturado em 30

metas, distribuídas entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação (MOREIRA, 2003).

O Plano de Metas tinha como finalidade intensificar o processo de industrialização do Brasil, estimulando tanto o investimento privado de capital externo quanto o nacional. Além disso, buscava solucionar problemas estruturais que dificultavam a industrialização, por meio de investimentos públicos. Um dos principais focos do investimento estatal era a infraestrutura nacional (MOREIRA, 2003).

A falta de uma estrutura que facilitasse a comunicação entre as regiões industrializadas do Sudeste e as zonas de produção agrícola do interior, segundo Moreira (2003), foi identificada pela equipe de JK como um dos principais entraves ao desenvolvimento industrial do país. Em várias regiões do interior, parte significativa da população não tinha acesso a produtos industrializados devido à falta de integração com o restante do país. Essa limitação reforçava a necessidade de uma maior conexão territorial. O projeto desenvolvimentista de um salto industrial dificilmente alcançaria êxito sem a ampliação desse acesso.

Além da necessidade de integrar as zonas agrícolas às áreas urbano-industriais para impulsionar a industrialização, o setor agrícola também se beneficiaria dessa conexão. Com uma melhor comunicação entre o interior e os centros urbanos, haveria condições favoráveis ao crescimento da produção agrícola, ao mesmo tempo em que se atenderiam as demandas geradas pela urbanização e industrialização. Caso essa integração territorial e econômica entre os setores industrial e agrícola não ocorresse, as perspectivas de desenvolvimento rural também seriam limitadas (MOREIRA, 2003).

Devido a isso que a Marcha para o Oeste e a “operação Brasília” eram consideradas similares. Ambas ocorreram devido aos projetos de industrialização, onde se via como necessária uma maior integração territorial, bem como entre os setores urbanos e agrários. (MOREIRA, 2003).

Ou seja, o processo de integração nacional era uma das necessidades essenciais para o projeto desenvolvimentista de JK. Outro aspecto essencial era a “industrialização da agricultura”, a tecnificação dela, ou seja, a modernização da produção agrícola, visando a expansão do setor (MOREIRA, 2003). Dentro do Plano de Metas, havia, inclusive, a promoção de uma modernização desse sistema de produção, em especial a partir da implementação da nova capital no interior do Brasil.

Uma capital interiorizada significa a possibilidade da expansão das fronteiras agrícolas (MOREIRA, 2003). Além disso, o programa governamental de JK, que evitou definir uma política agrária, possibilitou a expansão do modelo latifundiário de apropriação territorial do

que uma reforma agrária. De acordo com Moreira (2003), com a construção de Brasília e das rodovias, sem haver uma forma de regular a ocupação, a posse e a constituição de propriedades rurais nas áreas de expansão da sociedade nacional.

A forma de integração nacional de JK promoveu a ocupação espontânea da terra, e os maiores prejudicados foram as populações já existentes naqueles territórios, como os povos indígenas, ribeirinhos e posseiros (MOREIRA, 2003). Com a ausência de uma legislação que determinasse a ocupação e formação de novas propriedades com a abertura das rodovias, ocorreu, por exemplo, especulação fundiária, grilagem, a venda de terras indígenas, terras do governo federal, entre outros escândalos de corrupção.

Em um cenário onde a ausência de uma verdadeira integração nacional era vista como um impasse para o desenvolvimento econômico do país, surge a necessidade da construção de múltiplas rodovias, através de políticas governamentais, capazes de ligar o interior do Brasil às regiões litorâneas, uma delas sendo a BR-29, hoje renomeada de BR-364.

A BR-364 teve o início de sua construção durante o governo de Juscelino Kubitschek. Originalmente, a sua implantação não estava prevista no Plano de Metas, e nem era uma ideia nele, porém, foi incluída posteriormente. Entretanto, a sua construção passou a ser idealizada a partir do ano de 1960, devido a um encontro de JK com o governador de Rondônia, Paulo Nunes Leal, onde houve a solicitação para a construção da rodovia (Cavalcante, 2016).

O objetivo com sua construção era o desenvolvimento econômico da Amazônia, a partir de interesses locais e de integração nacional. O projeto buscava a construção de um trecho de 1442 quilômetros, ligando Cuiabá a Porto-Velho. Antes da rodovia, era possível chegar a Porto-Velho apenas pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, uma ferrovia, que foi desativada após a construção da rodovia (Coimbra; Fantim, 2020). Após a construção da BR-364, e a sua posterior pavimentação, houve, de fato, um grande aumento na ocupação territorial de Rondônia e Mato Grosso, através da migração, em especial nas Margens da rodovia, bem como proporcionou estimulou a chegada de empresas e indústrias, grande parte delas ligadas aos ramos da agricultura e da pecuária (Souza, 2020; Neto; Nogueira, 2017).

Com a construção da BR-364, houve também os programas da Ditadura Militar que visavam a colonização das regiões, com o incentivo à migração, bem como uma expansão da fronteira agrícola, foram criados programas de incentivos fiscais, organizados por instituições como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Contudo, com o incentivo a migração e a maior ocupação daquele território, houve também o início de um grande processo de transformação ambiental e múltiplos impactos ambientais foram causados através da derrubada de vastas áreas de floresta, mineração, queimadas, entre outros (Fiori,

2012). Além disso, a BR-364 foi responsável pelo início de uma trágica sucessão de eventos que levou a décadas de sofrimento de diferentes populações indígenas, que passariam a ter o seu território invadido e ocupado, em prol do desenvolvimento nacional. Um dos grupos indígenas que mais sofreu com as consequências da construção da BR-364, em especial a partir da década de 1970, foram os Nambiquaras. Processo esse que será abordado no próximo capítulo.

### 3 A QUESTÃO NAMBIQUARA: TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL E AGROTÓXICOS.

A primeira vez em que um território Nambiquara foi demarcado foi em 1968, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), buscando atender interesses de empresas agropastoris. A Reserva Nambikwara, em 1968, aglomerou os grupos Holetsu, Kithãulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu em um território definido sem o seu consentimento ou conhecimento (Costa, 2009). Atualmente, seus antigos territórios já foram tomados pela pecuária e pelas plantações de soja, bem como, contaminados por agrotóxicos.

Devido às ações demarcatórias da FUNAI entre as décadas de 1960 a 1990, além das remoções forçadas, as terras indígenas Nambiquara fragmentaram-se. Os territórios Nambiquara encontram-se em três regiões diferentes: A Serra do Norte, o Vale do Guaporé e a Chapada dos Parecis (Costa, 2009).

No Vale do Guaporé, conforme a figura 2, encontram-se as Terras Indígenas Sararé, Vale do Guaporé, Alantesu, Taihãntesu, Pequizal, Lagoa dos Brincos, e Paukalirahjausu, que ainda se encontra em processo de identificação<sup>21</sup>. Já na Serra do Norte há a Terra Indígena Tubarão-Latundê e a Terra Indígena Pirineus de Souza. E na Chapada dos Parecis há a Terra indígena Tirecatinga e a Terra Indígena Nambikwara (Costa, 2009).

De acordo com Costa (2009), a reserva Nambikwara, que foi configurada pela BR-364 e pelos rios Juína-Juruena e Doze de Outubro-Camararé, é caracterizada por demarcações advindas de interesses que coincidiram e coincidem com interesses políticos, nesse caso, de incentivos do Estado direcionados à exploração de recursos naturais da Amazônia Legal. A autora (2009, p.23) aponta que a região, “na concepção do Estado militar, precisava ser desenvolvida e, especialmente, povoada”.

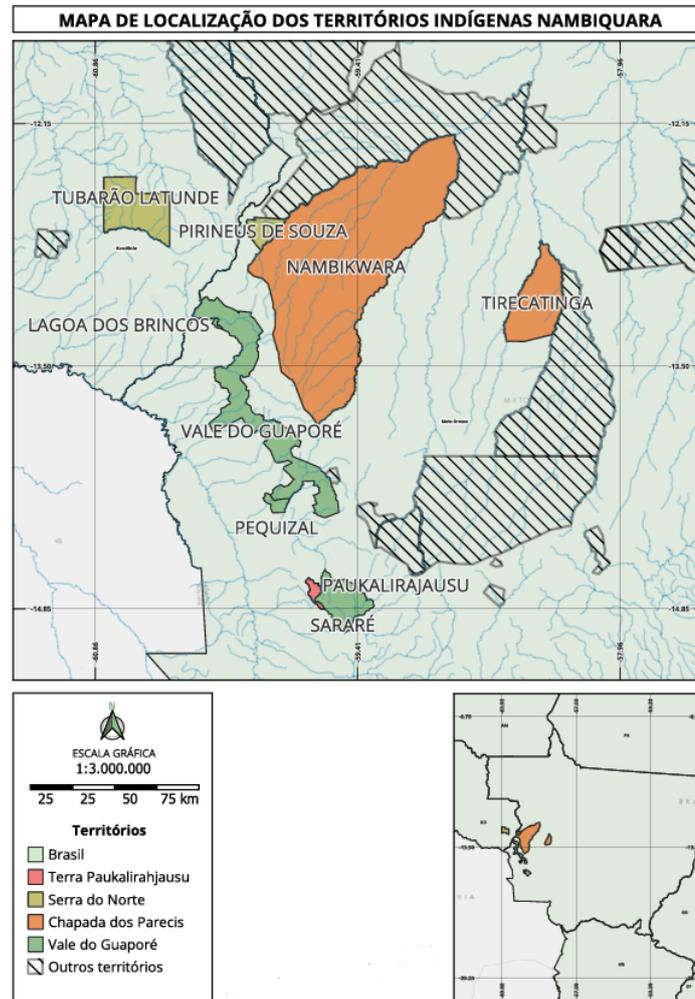
A ideia de povoar as regiões que integravam o território tradicional de múltiplos povos indígenas, inclusive os Nambiquara, advém, como já exposto no presente trabalho, de uma sucessão de projetos desenvolvimentistas e de integração nacional, da Marcha para o Oeste e da Marcha Oligárquica para o Oeste, que visavam expandir a fronteira agrícola brasileira, além de outras motivações. A autora (Costa, 2009, p. 23) aponta que essas regiões que integravam os “grandes vazios demográficos” passaram a receber um grande contingente de “trabalhadores que proporcionaram o crescimento econômico de grandes extensões de terras, que, numa concepção enviesada, se encontravam improdutivas”. Além disso, a autora menciona que, nos

---

<sup>21</sup> A terra indígena Paukalirahjausu está a décadas em processo de identificação, não tendo sido ainda demarcada.

ideais dos governantes da época, para que o Brasil pudesse deixar de ser uma nação litorânea, era necessário que os ideais da Marcha para o Oeste fossem concretizados e os “vazios demográficos” deixassem de existir.

Figura 2 – Mapa de localização dos territórios indígenas Nambiquara



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Coordenação de Geoprocessamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, FUNAI (2024).

Após a abertura da BR-364, e a maior facilidade de transporte e locomoção, as terras do Vale do Guaporé começaram a ser cobiçadas por empresas agropastoris, em especial após 1964, mas que durante toda a década de 1960, e nas décadas posteriores, receberam incentivos fiscais, em especial da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Ou seja, com a construção da rodovia, a invasão e colonização da região passa a se intensificar cada vez mais, com múltiplas empresas agropecuárias passando a ocupar áreas do território Nambiquara, com o apoio fiscal e burocrático do Estado. Com a chegada dessas empresas, o mundo natural passa a ser modificado pelas derrubadas, queimadas, produção agrícola e pecuária, bem como, as

consequências dela: cercamento de propriedades, aplicação de diferentes tipos de agrotóxicos, entre outros.

Devido a isso, de acordo com Costa (2009), criou-se um discurso oficial para justificar o deslocamento dos indígenas do Vale do Guaporé e da Serra do Norte para as áreas arenosas da Chapada dos Parecis (onde estava localizada a reserva Nambikwara). O objetivo era “esvaziar” os outros territórios. De acordo com a autora (Costa, 2009), a preocupação da FUNAI em demarcar um território para os Nambiquara da Chapada dos Parecis (em 1968) se dava devido à instalação dessas empresas agropecuárias no Vale do Guaporé, que possuía as melhores terras. Além disso, conforme Araújo (2020), é possível, também, notar que as ações da FUNAI refletem os interesses da própria Ditadura, tendo em vista que o primeiro processo de demarcação do território Nambiquara se deu durante o governo de Costa e Silva, tendo sido influenciado pelos interesses econômicos e o movimento de ocupação da Amazônia, incentivado e financiado pela Ditadura.

No mesmo ano da demarcação da Reserva Nambikwara, em 1968, iniciou-se o processo de remoção dos outros grupos Nambiquaras para a reserva. Além disso, no mesmo período, a FUNAI expediu uma série de certidões negativas, o que significava a “inexistência” de povoados indígenas nos lotes de terras de interesse para as empresas (Costa, 2009).

Durante a década de 1970, houve a remoção de vários grupos indígenas Nambiquaras para a reserva Nambikwara na Chapada dos Parecis. De acordo com Araújo (2020), a probabilidade maior é que o grupo Alantesu, do Vale do Guaporé, tenha sofrido com a remoção de seu território em 1973. Além disso, a historiadora também argumenta que a remoção possui ligação com a intenção da FUNAI e do Ministério do Interior, órgão superior a FUNAI, de beneficiar as empresas que se instalaram na região:

O primeiro processo de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé, dos Wasusu e Alantesu, para a Reserva Nambiquara, entre 1972 e 1973, esteve ligado ao beneficiamento dos interesses de grupos agropecuários, sobretudo pecuaristas, pela Funai e pelo Ministério do Interior. A criação da Reserva Nambikwara em 1968 e a concomitante concessão de certidões negativas oferecidas pela Funai às agropecuárias, bem como às concessões, foram ações que expressam esse beneficiamento. (Araújo, 2020, p. 178)

Em decorrência dessa remoção forçada, a partir dos dados disponibilizados por Carelli e Severiano (1981), estima-se que em 1974 os Alantesu haviam retornado ao Vale do Guaporé a pé, devido às condições ambientais e ecológicas totalmente incompatíveis da Chapada dos Parecis com a sua própria cultura e região tradicional. A problemática principal é que, ao

retornarem para o seu território tradicional, as Fazendas já estavam ocupando quase totalmente os seus territórios (Silva, 1975).

Há uma certa lacuna de informações referentes ao momento efetivo em que as agropecuárias passam a, de fato, ocupar e utilizar o território do Vale do Guaporé. No entanto, existem alguns indícios que possibilitam a formulação de hipóteses. Analisando mais especificamente o caso do grupo Alantesu, grupo foco de análise para a presente pesquisa, a partir de alguns dados podemos tirar certas conclusões. Sabemos que, a partir da demarcação da Reserva Indígena Nambikwara, em 1968, a FUNAI iniciou o processo de emissão de certidões negativas para diferentes lotes de terras ocupadas por grupos Nambiquara do Vale do Guaporé.

Ou seja, pode-se assumir a presença das agropecuárias na região, pelo menos, a partir de 1968. A partir dos dados disponibilizados por Carelli e Severiano (1981) e o pronunciamento do deputado Dante Oliveira<sup>22</sup>, em 1981, onde teceu críticas à Ditadura e à FUNAI (BRASIL, 1981) é possível identificar algumas dessas empresas e quando receberam as certidões negativas. Três empresas receberam as suas certidões em 1968, a Colonizadora Guaporé, Nomura Agropecuária S.A. e a Estrela do Guaporé-Florêncio Bonito S.A.. Entretanto, houve outras que receberam as certidões posteriormente, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. Agropecuárias que receberam certidões negativas da FUNAI

Nº	Fazenda	Data	Nº	Fazenda	Data
1	Colonizadora Guaporé	1968	12	Companhia Guaporé Agropecuária - Bonguapé	1971
2	Estrela do Guaporé - Florêncio Bonito S.A.	1968	13	Cerro Azul	1971
3	Nomura Agropecuária S.A. Comércio e Indústria	1968	14	Agropecuária União S.A.	1971
4	Agropecuária Vale do Guaporé	1969	15	Agropecuária Guaporé Galera S.A.	1971
5	Sapé Agropecuária S.A.	1969	16	Nhambikwaras LTDA.	1971
6	Leo Maniero	1970	17	Agropecuária Intapicuru, S.A.	1971
7	Kananxû Agropecuária	1970	18	Edmundo José Rodrigues	1971
8	Agrorio - Agropecuária do Rio S.A.	1970	19	Albino Villa	1974
9	Baguá S.A. - Agropastoril da Bacia do Guaporé	1970	20	Sorana S.A.	1974
10	Galera S.A. - Agropecuária Comércio e Indústria	1970	21	Confap - Cia. Nova Fronteira	1976

<sup>22</sup> O pronunciamento foi impresso em formato de folheto e divulgado com o título de “Governo Extermina os Índios Nambiquara”. Dante de Oliveira foi investigado pelo SNI devido ao seus pronunciamentos.

11	Agropecuária Cabixi	1970	22	Confap - Cia. Nova Fronteira	1979
----	---------------------	------	----	------------------------------	------

Fontes: (BRASIL, 1981) e (Carelli; Severiano, 1981)

O relatório elaborado por Silva<sup>23</sup> (1975) indica que, provavelmente, a ocupação das grandes agropecuárias tenha-se iniciado a partir do momento em que receberam as suas certidões negativas. O antropólogo, ao falar da deliberação da FUNAI de entregar o território indígena para as agropecuárias, aponta que:

(...) passou a FUNAI a expedir – num segundo erro – certidões negativas para o Vale do Guaporé, como se ali não existisse ninguém. Isto deveu-se não a um desconhecimento de fato, mas a deliberada intenção de entregar o que era legalmente dos índios a membros da sociedade nacional. Se assim não fosse, não se compreendia que em certidões figurasse o compromisso de remover as populações do Vale para a Reserva na Chapada, provocando a imediata ocupação daquele pelas fazendas. (Silva, 1975)

Ou seja, agropecuárias como a Estrela do Guaporé (que pode ser visualizada na tabela 1.), provavelmente passaram a ocupar esses territórios a partir da emissão das certidões. O relato de Price (1989) indica que em 1970 os Alantesu começaram a ter os seus primeiros contatos com os “civilizados”. Já em 1970 havia agrimensores na região tradicional do grupo Alantesu, sendo que o grupo Alantesu foi um dos que mais tardiamente teve contato com os “civilizados”. A questão aqui posta se dá devido às certidões negativas da FUNAI.

Os Aládnésú sempre sofreram com problemas de saúde. Conheci-os pela primeira vez em 1970, quando eles estavam entrando em contato com os agrimensores que estavam dividindo o Vale do Guaporé de acordo com a noção de propriedade de outra pessoa. (Price, 1989, p. 120, tradução nossa)

Uma questão interessante a ser observada é que a fazenda Estrela do Guaporé, que recebeu a sua certidão em 1968, ocupa um território extremamente próximo onde os Alantesu se estabeleceram (Araújo, 2020; Price, 1989). Sendo ela uma das principais agropecuárias a transformar o ambiente próximo dos Alantesu. Contudo, para poder mensurar a transformação ambiental causada no território Alantesu, é necessário a tentativa de estabelecer um momento de “início”.

Silva (1975), conforme já mencionado, estima que as agropecuárias provavelmente ocuparam as regiões do Vale do Guaporé a partir da emissão das certidões negativas. A Fazenda Estrela do Guaporé recebeu a sua certidão negativa em 1968 e passou a receber incentivos fiscais da SUDAM pelo menos a desde 1970. A partir de um relatório produzido em 1970, pelo

---

<sup>23</sup> Pedro Agostinho da Silva foi um dos responsáveis por uma avaliação do Projeto Nambikwara, dirigido por David Price. Essa avaliação foi solicitada à UFBA, em 1975, e a avaliação em campo ocorreu entre os dias 5 a 16 de agosto de 1975.

Serviço Nacional de Informações, devido a problemáticas envolvendo desvios de recursos, distorções e outras complicações nos programas de incentivo e crédito, é possível encontrar a Estrela do Guaporé<sup>24</sup> no “mapa demonstrativo das liberações efetuadas pela SUDAM, BASE: dia 31.08.70”, conforme a Figura 3, que até agosto de 1970, já contaria com a liberação de 1.249.483 de cruzeiros e 5.526.983 cruzeiros em incentivo fiscal.

A partir dos dados que possuímos, devido às certidões negativas e aos incentivos da SUDAM, é provável que entre 1968 e 1970 a fazenda Estrela do Guaporé já havia iniciado seus trabalhos no Vale do Guaporé. Porém, a partir do relato de Price (1989), é provável que o processo de aproximação maior ao território dos Alantesu se deu por volta de 1970.

Entretanto, estimar os processos da transformação ambiental no território Alantesu e o uso de agrotóxicos na região ainda é algo relativamente complexo de ser realizado. Porém, a partir de relatórios e relatos é possível realizar algumas estimativas e hipóteses.

A principal prática adotada pelos grandes empreendimentos na região era a extração de madeira e a pecuária extensiva, causando um desmatamento intenso (Silva, 1975). As empresas mantinham uma prática de utilizar todos os recursos existentes nos territórios que possuíam. Devido a isso, conforme Silva (1975), que havia o emprego de uma quantidade gigantesca de trabalhadores e o uso de agrotóxicos, além do fogo. Tratando-se especificamente do território Alantesu:

No trajeto de 11,5 km entre aquela estrada (da estrada da Fazenda Lorenzetti) e a sede da Estrela do Guaporé, ainda há floresta, parte dos 20.000 alqueires que tem (metade dos quais este ano) o empreendimento. Destes, 800 estão derrubados, e o trabalho continua em ritmo acelerado, empregando 1.500 homens e desfolhantes, manualmente aplicado. As benfeitorias são muitas, mas de tábuas, sendo a principal a serraria, muito bem instalada e ativa; vejam-se as fotos dos troncos depositados ao longo da estrada. Há também 6.000 reses. O desmatamento está se aproximando da aldeia Al'antésú, que ainda dispõe de matas, o que não impede que logo desapareçam. (Silva, 1975, p. 22).

A partir das observações do antropólogo, e a hipótese de que a agropecuária Estrela do Guaporé tenha iniciado de forma mais intensa o processo de transformação ambiental em 1970, a partir do preparo de seus lotes de terra para a pecuária, por meio do desmatamento, pode-se estimar que, desde 1970 a agropecuária desmatou cerca de 160 alqueires de terra (em torno de 320 hectares) por ano.

Figura 3. Mapa demonstrativo das liberações efetuadas pela SUDAM

<sup>24</sup> No documento não há informações sobre quando iniciou-se a liberação de recursos e incentivos para a fazenda. No entanto, sabe-se que para que a empresa tivesse acesso ao programa da SUDAM, era necessária a certidão negativa. Ou seja, entre 1968 e 1970 passou a receber recursos e incentivos fiscais milionários.

93

Nº DE ORDEN	EMPRESA	RECURSOS DE		SALDO
		ING. FISCAIS	VALOR LÍQUIDO	
138	FABRICA DE CRIAÇÃO NOME DE MOTO GROSSO - "FAVORITE"	7.754.776,00	1.339.082,00	9.615.694,00
139	SAFE AGRO PECUARIA S/A	4.546.130,00	1.640.171,00	2.596.359,00
140	AGRO PASTOREL CORDEIRO DO ARGOAIA S/A	1.262.693,00	574.285,00	188.428,00
141	PASTOREL SANTO ANTONIO S/A	4.282.894,00	477.392,00	4.211.489,00
142	SARSAFOZEL PASTOREL S/A	1.475.935,00	745.780,00	3.010.215,00
143	CIA. AGRO PECUARIA DO RIO IMBAJA - "CAPEI"	1.779.958,00	1.333.472,00	446.486,00
144	JAYADI S/A AGRO PECUARIA	7.094.019,00	3.975.878,00	4.318.141,00
145	PASTOREL AGRO PECUARIA COSTO MAGALHANS	1.451.662,00	1.597.249,00	894.333,00
146	COMERCIAL AGRO PECUARIA BARBA DAS FREIXEIRAS S/A	4.000.541,00	-	4.000.541,00
147	TOCANTINS CIGLO DE BARAÇU S/A - "TUBASA"	4.102.875,00	1.510.304,00	2.592.571,00
148	AGRO PECUARIA HIRASSEL S/A	1.900.045,00	1.141.689,00	758.356,00
149	AGRO PECUARIA SANTA GERMIN S/A	1.102.070,00	-	1.102.070,00
150	AGRO PECUARIA VALE DO ARAIAS S/A	4.089.750,00	-	4.089.750,00
151	CIA. DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARI - "CIDAPARI" (PROJETO INDUSTRIAL)	3.031.666,00	981.680,00	2.039.786,00
152	CENTRAIS ELÉTRICAS MATOZOISENSES S/A - "CEMAT"	4.375.800,00	4.375.669,00	131,00
153	AGRO PECUARIA DUAS ÁGUAZAS S/A	35.931.312,00	19.961.999,00	16.369.313,00
154	AGRO PECUARIA SERRA DE SERRINHO S/A	4.191.575,00	2.208.204,00	1.893.071,00
155	AGRO PASTOREL OESTE S/A	2.023.650,00	579.707,00	1.145.093,00
156	SÃO ESTUARDO MADREIRA S/A	10.755.000,00	1.151.740,00	9.603.260,00
157	AGRO PECUARIA I. SERRA FILGOS S/A	13.573.297,00	1.256.187,00	10.277.110,00
158	AGROPECUARIA DE SERRA S/A - "SERRA"	11.070.635,00	3.781.750,00	7.288.885,00
159	MATAGROSSO E FARMACÓPIO DE BARAÇU S/A - "PRIGOMARA"	2.599.497,89	799.444,00	2.174.013,89
160	JOAQUIM FERREIRA, NAVIGACAO INDUSTRIAL E COMERCIO S/A - "JOIAS"	1.028.677,00	55.395,00	973.282,00
161	INDUSTRIAS AERIAS DE AMERICA S/A - "QUIMASA"	348.750,00	-	348.750,00
162	ESTALEIRO DA AMAZONIA S/A - "ESTALAVE"	5.068.281,00	-	5.068.281,00
163	AGRO PECUARIA JORDON S/A	1.011.885,00	571.311,00	2.460.594,00
164	AGRO PECUARIA I. SERRA FILGOS S/A	697.887,00	147.977,00	549.910,00
165	FABRICA PARANAPANU AGROPECUARIA S/A AGR. E COMERCIO	2.059.003,00	938.466,00	1.200.737,00
166	AGRO PASTOREL SÃO ROBERTO S/A	2.859.138,00	-	2.859.138,00
167	FABRICA SERRINHO S/A	2.101.192,00	1.193.777,00	210.415,00
168	AGRO PECUARIA FERREIRO S/A	2.437.475,00	-	2.437.475,00
169	INDUSTRIAL IBERICA DE MOTO GROSSO - "IBERIPAMA" S/A	4.000.000,00	-	4.000.000,00
170	AGRO PECUARIA RIO ARAGUAIA S/A - "ARAGUARA"	1.031.000,00	221.105,00	799.101,00
171	CIA. AGRO PASTOREL SUL DA AMAZONIA	4.888.877,00	909.621,00	3.379.056,00
172	PASTOREL AGRO PECUARIA S/A	1.915.215,00	1.768.593,00	176.722,00
173	CIA. AGRO INDUSTRIAL CORALAI	1.531.470,00	531.817,00	1.009.753,00
174	CANTANHA DO PARI S/A - INDUSTRIAL - "DAISA"	1.437.255,00	253.212,00	1.184.043,00
175	JOAQUIM AGRO PECUARIA S/A	3.517.970,00	531.817,00	3.005.753,00
176	AGRO PECUARIA PONTO DOS BARROS S/A	7.832.945,00	346.715,00	7.486.230,00
177	CIA. AGRO PECUARIA VOZEA GRANDE	2.743.146,00	1.104.743,00	1.638.403,00
178	BAVOI AGRO PECUARIA S/A	3.887.592,00	876.890,00	3.010.702,00
179	AGRO PECUARIA NUNCO S/A	15.791.455,00	-	15.791.455,00
180	FORTELO S/A TUDO E 1. SERRALDO	2.637.444,00	1.437.106,00	1.180.338,00
181	AGRO PECUARIA BELGON S/A	1.972.419,00	623.521,00	1.348.898,00
182	CIA. AGRO PECUARIA RIO ARAGUAIA - "CAPEA"	6.023.467,95	3.839.670,00	2.283.797,95
183	CIA. DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE MOTO GROSSO-CODEMA	2.346.783,00	398.577,00	1.120.136,00
184	ESTRELA DO GUAPORÉ S/A - AGROPECUARIA	5.256.594,00	1.249.483,00	4.277.500,00
185	BALSA - AGRO PECUARIA BARBA LONGA S/A	3.627.687,00	189.806,00	3.441.081,00
186	CIA. AGRO PASTOREL COSTA LEMOS - "AGROPECUARIA S/A"	2.060.694,00	979.664,00	1.284.830,00
187	CIA. AGRO INDUSTRIAL DE RIVER ALBERT	16.711.619,00	1.931.006,00	14.779.414,00
188	AGRO PECUARIA PARAIPO S/A - "AGRA"	5.498.266,00	1.304.787,00	3.993.479,00
189	EMPRESA AGRO PECUARIA IMA S/A	1.514.838,00	166.236,00	1.348.502,00
190	AGRO PECUARIA IPIRANGA MATOZOISENSES S/A - "ARARA"	4.332.466,00	-	4.332.466,00
191	AGRO PECUARIA SOUSA LIMA S/A	1.006.078,00	494.461,00	511.617,00
192	PARAGOMINAS AGRO PECUARIA S/A	1.075.954,00	694.935,00	390.959,00
193	IPSA AGRO PECUARIA S/A	1.456.187,00	266.949,00	1.189.238,00
194	SANTA LIZIA AGRO PECUARIA S/A	1.955.017,00	800.018,00	1.176.759,00
195	AGRO PECUARIA SÃO PAULO S/A - "AGROVERP"	3.400.773,00	79.548,00	3.320.825,00
196	UNIO GARCIA COGELADORA AGROPECUARIA S/A-"DOGAUCHA"	5.247.075,87	-	5.247.075,87
197	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIO S/A	1.030.062,54	714.066,00	356.356,54
198	FERRAZ S/A AGRO PASTOREL DA AMAZONIA	1.977.466,00	1.010.310,00	767.156,00
199	AGUAZE - ALTO GUAPORÉ AGROPECUARIA COM. E INDUSTRIA S/A	3.811.510,00	777.073,00	3.064.437,00
200	FABRICA TUPURO - AGROPECUARIA S/A	2.119.072,00	305.002,00	1.814.070,00
201	PARANAPANU AGRO PECUARIA S/A	4.795.379,00	698.239,00	4.097.140,00
202	AGROPECUARIA SANTA SILVIA S/A	1.028.000,00	-	1.028.000,00

11

Fonte: Brasil, 1970, p. 93

Todavia, o relato do antropólogo nos permite ter noção sobre o impacto de outras agropecuárias no Vale do Guaporé, contudo, não há estimativa de quantidade derrubada:

De um lado e outro das estradas do Vale o desmatamento caminha e alarga, avançando com a ponta da pista à medida em que a mata recua. Simultaneamente, vão surgindo benfeitorias que demonstram investimentos altíssimos: campos de aviação, serrarias, casas de empregados, escritórios, residências da administração, vendas, pensões e currais, tudo isso concentrado nas sedes das fazendas (...) Do avião, até onde a vista alcança veem-se os penachos de fumaça das queimadas, que escurecem o céu na época seca. As fotografias que tomamos permitem, perfeitamente, visualizar a devastação que envolveu os indígenas, tornando, ou tendendo a tornar, inoperante seu sistema econômico. No mapa transparente, nota-se que as derrubadas aumentam de extensão e frequência do sul para o norte, e, sobrepondo-o ao mapa nº1, vê-se que as maiores clareiras civilizadas estão sobre as aldeias dos índios, e quando não, às suas portas. E se alguma crítica pode ser feita ao primeiro desses mapas, é a de sua desatualização: no tempo decorrido entre a época em que foi traçado e aquela em que estivemos no campo, o desmatamento só fez aumentar. (Silva, 1975, p. 18)

Um dos efeitos da invasão das agropecuárias ao Vale do Guaporé, no entanto, mais especificamente sobre os Alantesu, é relatado por Eleonore Setz, uma pesquisadora que estava estudando os hábitos alimentares de duas aldeias Nambiquara, uma delas do grupo Alantesu. Além da grande diminuição no seu território, os Alantesu sofriam com outros problemas:

Eleonore disse que a área demarcada era, de fato, muito pequena, e que importantes áreas de caça ficavam fora dela. Além disso, não havia cerca na divisa, e o gado das fazendas vizinhas entrava livremente na área; em uma ocasião, eles comeram uma plantação de milho. Ela estava convencida de que uma fazenda costumava deixar um portão aberto para que o gado pisoteasse as plantações dos índios. Ela disse que o gado também afugentava os animais de caça, o que reduzia a área efetiva da reserva. (Price, 1989, p. 88, tradução nossa)

Price (1989) aponta que, desde a chegada dos “civilizados”, um dos principais problemas que começaram a se desenvolver, e que era o principal problema em 1980, tratava-se da desnutrição. As causas eram múltiplas, mas todas elas associadas ao mesmo problema, as consequências das transformações ambientais causadas pelas agropecuárias e os pequenos territórios destinados aos grupos indígenas.

A partir do relato de Setz, em uma conversa que ocorreu por volta de setembro de 1980, (Price, 1989) é possível perceber que as relações entre os grupos indígenas Nambiquara com o meio natural, nesse caso em específico os Alantesu, mas não apenas ele, sofreram com uma grande alteração a partir da chegada das agropecuárias. Agora, não podiam mais caçar tão facilmente, uma das principais fontes de alimentação dos Alantesu estava cada vez mais ameaçada devido às ações dos civilizados.

Além do cercamento, do pequeno território, da dificuldade de acesso às boas áreas de caça, das influências do gado em suas plantações, havia também o desmatamento, que contribuiu para a diminuição da quantidade de animais que eram caçados, bem como, a caça realizada pelos próprios “civilizados” (Price, 1989). Outro fator vinculado à relação que se produz com o meio natural, em especial com os próprios animais, e que contribuiu para os problemas alimentares de grupos Nambiquaras, foi a relação dos indígenas com a criação de animais.

De acordo com Price (1989), uma das tentativas de solucionar o problema da desnutrição, e que foram realizadas tentativas por missionários e agentes indigenistas, foi a criação de animais. Houve a tentativa de inserir a prática de criação de porcos e gado em certos grupos. Entretanto, não funcionou devido a problemas vinculados à cultura Nambiquara, Price elenca três problemas principais, sendo o primeiro<sup>25</sup>:

O primeiro grande problema é a falta, por parte deles, de uma categoria cognitiva para "animais de fazenda". Tradicionalmente, todos os animais que os Nambiquara conhecem são ou animais selvagens ou animais de estimação. Os caçadores

---

<sup>25</sup> Os outros dois problemas, de maneira resumida, são: os Nambiquaras não possuem o costume de se alimentar de animais que consideram estranhos ou não são familiarizados, como, por exemplo, uma vaca. Além disso, a outra problemática trata-se da forma que os Nambiquaras preferem gastar o seu tempo. Os Nambiquaras possuem uma vida mais adequada para as caçadas, prontos para, se necessário, irem caçar quase que de imediato, diferentemente da necessidade de atenção contínua e vigilância necessárias para cuidar de rebanhos. (Price, 1989)

frequentemente trazem filhotes para casa, onde são alimentados e criados. Todo tipo de aves e bichos pode ser visto em uma aldeia Nambiquara — papagaios, pombos, gaviões, macacos, guaxinins — eu até já vi um emu domesticado e um tatu de estimação. Uma vez que os animais são criados na aldeia, eles passam a ser como membros da sociedade humana, e os indígenas jamais pensariam em comê-los, assim como nós não comeríamos cães ou gatos. Os ocidentais conseguem criar animais para carne porque têm uma categoria intermediária — animais que não são nem selvagens, nem de estimação. Eles são criados perto, mas fora da casa, e geralmente não recebem nomes. São mantidos a uma certa distância, para que não criemos um vínculo emocional e fiquemos incapazes de comê-los. Os Nambiquara não têm essa categoria, e quando criam um animal, ele se torna um animal de estimação — e, portanto, não comestível. (Price, 1989, p. 34)

A partir do exposto, pode-se mensurar que a perda de seu território e o desmatamento, a transformação ambiental causada pelas agropecuárias, modificaram completamente a forma de viver dos Nambiquaras. Outro impacto causado pela presença das agropecuárias, e um dos principais pontos da presente pesquisa, são os agrotóxicos. Ao tratar dos Alantesu, é possível criar algumas hipóteses, devido a uma quantidade relativamente maior de informações.

A partir do que já foi analisado, estima-se que as atividades da fazenda Estrela do Guaporé passaram a afetar de maneira ativa os Alantesu a partir de 1970. No relato de Silva (1975), é mencionado que a fazenda utilizava o fogo e herbicidas para a derrubada das florestas. No relato de Price (1989), é mencionado que a fazenda Estrela do Guaporé utilizava o agrotóxico Tordon, produzido pela Dow Chemical, para derrubada das florestas.

Contudo, antes de debater em específico a questão química e seus efeitos para a vida humana, é necessário estipular um período de tempo em que foi utilizado. Considerando a atuação da fazenda Estrela do Guaporé, que temos uma maior quantidade de dados sobre, podemos estimar que a partir de 1970 passam também a utilizar o Tordon, e a partir das fontes que possuímos, até 1977 utilizavam o Tordon 155, proibido neste mesmo ano. A partir daí, passaram a utilizar outras versões do Tordon.

A partir de documentos do SNI, que monitorava as atividades de membros do Conselho Indigenista Missionário, é possível encontrar um documento: “História da expropriação das terras indígenas Nambiquara do Vale do Rio Guaporé”. Neste documento, é mencionado que o desfolhante utilizado também, por exemplo, por fazendas próximas às aldeias do Sararé para desmatar a área, o que afetou os mangais dos indígenas. Portanto, a partir do documento pode-se estabelecer que a fazenda Estrela também utilizava o Tordon 155: “Este desfolhante químico, segundo declarações do Sr. Alvaro, administrador da fazenda Estrela do Guaporé, só deixou de ser usado em 1977 quando foi definitivamente proibido no estado de São Paulo” (BRASIL, 1980, p. 80)

A partir disso, pode-se coletar alguns relatos sobre o uso de Tordon 155 e algumas de suas possíveis consequências para os Alantesu no livro de David Price. Além do gado pisotear as plantações de milho dos indígenas, suas plantações também eram atingidas por resíduos de herbicidas:

Lia vinha ficando na aldeia Alândnésú quase em tempo integral. Recentemente, houve algum tipo de doença que causava dor intensa nos rins, e um homem havia morrido. A fazenda Estrela vinha usando grandes quantidades de Tordon, um desfolhante que contém 2,4-D e 2,4,5-T, os ingredientes ativos do infame Agente Laranja, que havia sido usado no Vietnã. O desfolhante foi pulverizado do ar, e o vento o carregou até a área indígena, onde afetou as plantações de banana e mandioca. Essas culturas ficaram marrons, mas os indígenas as consumiram mesmo assim. Lia se perguntava se os problemas nos rins eram resultado do Tordon. (Price, 1989, p. 120-121, tradução nossa)

Além disso, no momento da visita de Price aos Alantesu, ocorria também uma epidemia de orquitis: “Na época de nossa chegada, havia também uma epidemia de orquite, um inchaço dos testículos acompanhado de febre e dor intensa” (Price, 1989, p. 121, tradução nossa).

Acerca dos efeitos do uso de Tordon 155, também se torna relevante a análise da situação do grupo Hahaintesu. Enquanto os Alantesu foram removidos de seu território por volta de 1973, o mesmo ocorreu com os Hahaintesu em janeiro de 1975, que foram removidos para uma área interdita em 1974. Entretanto, no mesmo ano retornaram para o seu território. Porém, da mesma forma que os Alantesu, ao retornarem, seu território já estava tomado por fazendas (Araújo, 2020).

A questão referente aos Hahaintesu torna-se relevante, pois, também há dados sobre a exposição dos indígenas ao Tordon. De acordo com Almeida (1984), ao retornarem para o seu território, este já estava tomado por agropecuárias, e sobre as suas aldeias de acordo com o antropólogo a situação em 1976 era preocupante:

A aldeia dos Yonduçu (grupo hahai) era em meio a pasto, mata longe, retiro de gado ao lado. Impossível fazer roça. Tudo Capim. As vacas, enquanto dormiamos comiam até a palha das casas. Saíam prá caça e a paisagem era colônia e vaca. No céu, duas vezes por ano os aviões com Tordon-101,105, choviam sobre todos. Os caminhos, as trilhas ancestrais, eram cortados por cercas e arame. (Almeida, 1984, p. 235)

Um dos grupos Hahaintesu viu sua terra cercada por pasto e gado, a floresta distante, o que dificultava a caça e, ao menos duas vezes por ano, eram pulverizados por agrotóxicos. Além da transformação do meio natural houve, também, a destruição da memória dos indígenas, a partir da destruição de seus espaços ancestrais.

Os Qualisateçu (outro grupo Hahai) moravam num braço do rio 32, tinham como pátio da aldeia a pista de pouso da Fazenda Zillo (Agrop. Vale do Guaporé) e defronte a Serraria, pensão ambulatório, casa sede e casa de peões. Ao redor, tudo pasto. Pássaros

mais próximos aos aviões e anus. E o ronco do avião, o cortante da serraria, o gargarejo dos motores diesel. Na temporada de derrubadas, grandes derrubadas (600 alqueires, etc.) vinham mais de 300 peões. Eram acampamentos por todos os córregos, o tombar das árvores e as quinquilharias civilizadas. (Almeida, 1984, p. 235)

Já o outro grupo Hahaintesu encontrava-se em uma situação semelhante. O seu território encontrava-se transformado, as serrarias já haviam destruído parte da floresta, algo que, provavelmente, resultou nos mesmos problemas experienciados pelos Yondunçu e Alantesu. No entanto, uma questão de extrema importância também é relatada na mesma publicação do antropólogo, em 1984, “O Tordon já não é aplicado de avião. Aplicam-no manualmente nos acuris e assa-peixes. Nasceram 4 crianças com defeitos genéticos. Duas sobrevivem.” (Almeida, 1984, p.235)

Além disso, Price também relata:

Em 1986, soube que muitos dos homens Alândésú haviam ficado estéreis devido à orquite da qual sofriam durante minha visita em 1980. Também houve vários casos de defeitos congênitos entre os indígenas no Vale do Guaporé Central. Não está claro se isso deve ser atribuído ao desfolhante Tordon. Originalmente fabricado com 2,4,5-T e 2,4-D, como o infame Agente Laranja, o primeiro ingrediente foi retirado após o reconhecimento de suas propriedades tóxicas. Durante muito tempo se afirmou que o 2,4-D era inofensivo, mas isso agora é menos certo: em 1986, um estudo publicado no Journal of the American Medical Association o associou a um tipo de câncer; e a empresa de cuidados com jardins ChemLawn optou por parar de usá-lo para proteger a saúde de seus trabalhadores. (Price, 1989, p. 184)

A partir dos relatos, pode-se chegar a algumas hipóteses. Não há como confirmar com exatidão que as doenças e os defeitos congênitos das crianças Hahaintesu (que tem suas vilas localizadas na região central do Vale do Guaporé mencionadas por Price) possuem uma relação direta com o Tordon 155, confundido com o Agente Laranja (provavelmente devido a sua composição química semelhante, mas não igual). Contudo, a possibilidade é existente.

Realizando uma análise mais aprofundada do Tordon em si, podemos chegar a três variantes que foram utilizadas, o Tordon 155, 101 e 105, que possuem diferenças entre si. Todavia, os indícios apontam que provavelmente, o mais utilizado foi o Tordon 155, sendo este mencionado em praticamente todas as fontes utilizadas (Price, 1989; Carrelli e Severiano, 1980; Brasil, 1980; Brasil, 1981), enquanto o Tordon 101 é mencionado apenas enquanto um substituto após a proibição do Tordon 155. Já o Tordon 105 é mencionado por Almeida (1984), porém, a chance maior é ter sido um erro de digitação, onde referia-se ao 155, tendo em vista que o Tordon 105 não era comercializado no Brasil.

Tratando-se da possibilidade de efeitos teratogênicos decorrentes da exposição ao Tordon 155, que poderia, de fato, causar defeitos congênitos e até mesmo o aumento de abortos espontâneos, faz-se necessário analisar a sua composição. O Tordon 155 foi um herbicida

produzido pela Dow Chemical, cuja formulação no Brasil continha duas bases ativas (compostos com efeito herbicida): o 2,4,5-T, 41% de sua composição, e o Picloran (ácido amino-3,5,6-tricloropicolínico), 10% de sua composição (BRASIL, 1977).

A problemática relacionada ao Tordon 155 e à sua alta toxicidade deve-se, principalmente, ao 2,4,5-T, uma vez que, durante o processo de síntese desse composto, ocorre a formação de TCDD (2,3,7,8-tetraclorodibenzo-p-dioxina), um subproduto altamente tóxico e, mesmo em doses extremamente pequenas, capaz de comprovadamente causar efeitos teratogênicos (Lignani, 2022).

Entretanto, a principal polêmica em torno do 2,4,5-T e, conseqüentemente, da sua relação com o TCDD, era a dificuldade em estabelecer uma conexão causal entre as doenças que “supostamente” causava e a própria substância. De acordo com Lignani (2022), havia também a retórica utilizada pelas indústrias, que responsabilizavam os agricultores pelo mau uso das substâncias, quando efeitos adversos surgiam a partir da utilização de seus produtos.

Além disso, em “1977 o 2,4,5-T teve seu potencial cancerígeno reconhecido pela IARC/OMS” (Lignani, 2022, p. 440). Bem como, em 1979, um estudo realizado nos Estados Unidos identificou a relação entre o uso de 2,4,5-T em doses permitidas e o aumento de aborto entre mulheres no estado de Oregon. Eventualmente, no Brasil, por volta de 1980, o 2,4,5-T foi listado na classificação toxicológica de agrotóxicos como membro do grupo 1, altamente tóxico (Lignani, 2022).

A partir do exposto, é levantada a hipótese de que realmente haja uma relação entre o Tordon 155 e as doenças sofridas pelos Nambiquaras, como levantado por David Price, em especial a questão envolvendo defeitos congênitos, devido a quase uma década de uso deste herbicida nas proximidades das populações indígenas do Vale do Guaporé, bem como, em alguns casos, sobre elas. Porém, devido à ausência de dados e de exames específicos que investigassem a origem dessas doenças nos indígenas, não é possível chegar a uma confirmação. Ou seja, ao mesmo tempo em que não se pode confirmar a relação, ela também não pode ser descartada, pois, é certo que os Nambiquaras do Vale do Guaporé foram durante anos expostos a uma quantidade incalculável de 2,4,5-T e, conseqüentemente, de TCDD.

## 4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tinha como objetivo investigar o processo histórico que culminou na invasão de agropecuárias ao Vale do Guaporé e, conseqüentemente ao território tradicional de grupos da etnia indígena Nambiquara, em especial os Alantesu e Hahaintesu do Vale do Guaporé. Além disso, buscava-se também realizar uma análise das transformações ambientais da região a partir da chegada dessas empresas e como essas transformações modificaram as relações dos indígenas com o meio natural, além das conseqüências do uso de agrotóxicos para essas populações.

A partir do levantamento bibliográfico pode-se perceber que o processo de expansão da fronteira agrícola, que na década de 1960, mas de forma mais intensa na década de 1970, atingiu a região dos povos Nambiquara iniciou-se décadas antes. O primeiro processo projetado de expansão das fronteiras agrícolas para a região do centro-oeste brasileiro inicia-se durante o Estado Novo, com a Marcha para o Oeste, por meio de projetos desenvolvimentistas, que apesar de não ter se expandido até a região do Vale do Guaporé, começou a afetar outras regiões do Mato Grosso.

A partir da ótica desenvolvimentista da Era Vargas, com o intenso processo de industrialização intencional produzido pelo Estado, houve a necessidade de expansão da fronteira agrícola para que os setores agrícolas do interior fossem capazes de suprir as demandas das áreas que se industrializavam. Ao mesmo tempo que isso ocorria, também houve um forte incentivo a modernização da produção agrícola, a partir da mecanização e a aquisição de tecnologias modernizadas, visando o aumento da produtividade, algo que se repete na década de 1970 com a Revolução Verde.

Concomitante a isso, estabelece-se o ideal de ocupação das regiões entendidas como “vazias”, criando-se instituições, como a FBC, que tivessem como foco a expansão da sociedade nacional para essas regiões. Além disso, criou-se também a noção de uma natureza inimiga que deveria ser combatida, visando a expansão territorial. O mesmo processo de expansão territorial será menos incentivado durante o governo Dutra. Entretanto, a partir da reeleição de Vargas, haverá novamente o esforço para a sua continuidade.

A partir da eleição de Juscelino Kubitschek, a perspectiva do “desbravamento” dos interiores brasileiros retorna com grande força. Os objetivos de interiorização do Brasil passam também a se envolver com a capital brasileira, que é interiorizada a partir da criação de Brasília. A partir disso, novamente através da ótica desenvolvimentista, volta-se o processo de expansão e colonização das regiões vistas como vazias.

Apesar de não estar no planejamento inicial que envolvia a construção de múltiplas rodovias, que tinham como objetivo melhorar a infraestrutura de transportes do Brasil, surge a ideia da construção de uma estrada capaz de ligar Cuiabá até Porto-Velho. A construção da BR-364 é iniciada em 1960 e, a partir desta rodovia, inicia-se um processo de ocupação das suas margens e da venda de terras em regiões “vazias” do Mato Grosso, que deveriam ser ocupadas visando a integração desses locais ao esquema nacional de produção econômica.

Ou seja, através das ideias de desenvolvimento e integração territorial, esses territórios passam a ser ocupados gradualmente, até que atraem o interesse de empresas do ramo Agropastoril, que passam a cobiçar grandes extensões de terras ocupadas por povos indígenas, incluindo a etnia Nambiquara. Nos fins da década de 1960, inicia-se, durante a Ditadura Civil-Militar, o processo de emissão de certidões negativas para essas mesmas terras “vazias”, embora fosse de conhecimento da FUNAI que não estavam realmente vazias, criando-se também a Reserva Nambikawara.

Com as certidões negativas, que atestavam a inexistência de povos indígenas naqueles territórios, apesar de que lá ainda estivessem, múltiplas agropecuárias passam a ocupar o Vale do Guaporé, território tradicional de diferentes grupos Nambiquara, entre eles os Alantesu e Hahaintesu. A partir do recebimento das certidões, essas empresas passam também a receber gigantescos incentivos fiscais de instituições governamentais, a partir de programas que visavam o desenvolvimento da região amazônica.

Com as agropecuárias ocupando os territórios dos indígenas, a FUNAI também realiza diversas tentativas falhas de remover os indígenas do Vale do Guaporé para a reserva criada. A reserva era localizada em um território totalmente incompatível com o território tradicional dos grupos do Vale do Guaporé, o que resultou no retorno desses grupos ao seu território ancestral, agora totalmente tomado pelas agropecuárias.

Os indígenas passam a novamente viver em seus territórios tradicionais. Entretanto, agora cercados pelas empresas, que transformaram totalmente o meio natural da região, o que resultou em diversas consequências para os povos indígenas. Uma das principais mudanças ocasionadas pela presença das empresas na região era vinculada à alimentação dos indígenas, que viam suas áreas de caça cada vez mais esvaziadas devido às ações das agropecuárias.

Com o desmatamento, múltiplos animais morriam, a quantidade de caça diminuía e tornava-se escassa a quantidade de alimentos disponíveis para os indígenas, que também viam as suas roças cada vez menores, e as que possuíam, às vezes, eram destruídas pelo gado. Esse processo de dificuldade em conseguir alimentos causou sérios problemas de desnutrição entre

os indígenas. Além disso, houve, também, por parte das agropecuárias, a utilização de agrotóxicos para auxiliar no desmatamento.

Com o uso de Tordon 155, por parte das agropecuárias, criaram-se outros problemas. A partir dos relatos de David Price e de Silbene de Almeida, algumas das consequências do uso de Tordon 155 foram possíveis de serem encontradas. No caso dos Alantesu, viam as suas plantações de bananas e mandiocas destruídas. Já entre os Hahaintesu, pulverizados por aviões, houve o relato de quatro crianças nascendo com defeitos congênitos.

Contudo, tratando-se do Tordon 155, devido à ausência de uma quantidade maior de dados sobre o seu uso, quantidade utilizada, como era utilizado, quantas vezes, ou exames de saúde dos indígenas, análise laboratoriais de contaminação da água, solo, entre outras possibilidades, torna-se difícil concluir sua relação com os defeitos congênitos que ocorreram entre os recém-nascidos.

Porém, ao mesmo tempo em que não há como concluir que o Tordon 155 é a causa dos defeitos congênitos, também não é inegável que chance exista. Apesar de haver uma grande controversa e um debate de décadas de duração, que se mantém até os dias de hoje, os efeitos cancerígenos do 2,4,5-T já foram comprovados, bem como, a ação teratogênica do TCDD também. Ou seja, sem dados mais precisos não é possível estimar a quantidade de TCDD que atingiu os indígenas. Em outros casos de exposição ao TCDD, como na Guerra do Vietnã ou o acidente de Seveso, há uma estimativa, além do acompanhamento de autoridades que possibilitou a comprovação da relação.

Neste mesmo sentido, entra-se em um dos principais problemas encontrados durante o desenvolvimento desta pesquisa. A ausência de um acompanhamento efetivo das autoridades. Como se sabe, a FUNAI foi cúmplice no processo de ocupação das agropecuárias no Vale do Guaporé, devido à ótica desenvolvimentista da ditadura. Portanto, não havia o interesse de realmente acompanhar os indígenas e não havia uma verdadeira preocupação. Isso torna-se observável pela simples ausência de documentos vinculados a análises mais frequentes e complexas da saúde dos indígenas.

Ao mesmo tempo em que não há a preocupação com a existência dos indígenas e sua sobrevivência, também não houve preocupação no monitoramento da destruição ambiental causada pelas empresas que receberam os benefícios fiscais do Estado. Não há dados oficiais que relatem a quantidade de hectares de terra desmatados, a quantidade de árvores derrubadas, um controle das serrarias. Não há nada nesse sentido disponível em formatos digitais. Os dados que são possíveis de serem encontrados estão presentes nos relatos dos antropólogos, apenas estes.

Contudo, a partir dos dados disponibilizados pelos antropólogos e outras fontes, sabe-se que a devastação na região foi gigantesca, grandes quantidades de florestas foram derrubadas e queimadas para abrir espaço para a pecuária e, posteriormente, para a soja. Porém, a ausência de mais fontes e dados disponibilizados em formato digital não comprova a sua inexistência.

O estudo da história dos Nambiquaras possui um grande potencial a ser explorado. Talvez existam<sup>3</sup> dados mais consolidados em acervos presenciais, o que devido ao caráter do presente trabalho, não foi possível consultar devido a falta de recursos e tempo. Talvez existam outros relatos em acervos da FUNAI, em acervos municipais, estaduais. Além disso, tratando-se da questão Nambiquara, através da História Ambiental, ainda existem outras possibilidades de análise.

Apesar da dificuldade em perceber as transformações ambientais de forma mais clara, há a possibilidade de análise a partir do estudo, por exemplo, dos diferentes regimes de apropriação da natureza. É possível perceber um grande contraste nas formas quais os indígenas se apropriam do meio natural e como as agropecuárias o fazem. Também pode-se analisar o caso como um desastre socioambiental. Afinal de contas, a inserção das agropecuárias de fato causou um desastre.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rayane Barreto de. **ENTRE A VIOLÊNCIA E O CAMINHO DE VOLTA**: a resistência dos nambiquara do vale do guaporé durante a ditadura militar (1968-1975). 2020. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- BELO, Edney Alexandre de Oliveira. **Os classificadores em línguas amazônicas e na família Nambikwara**. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013
- BRAGA, Ana Gabriela Modesto. **FONOLOGIA NEGAROTÊ**: análise fonológica da língua do grupo negarotê. 2017. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- BRASIL**. Decreto-Lei n. 5878, de 8 de outubro de 1943. É o Governo Federal autorizado a Instituir, com patrimônio próprio, uma fundação, denominada “Fundação Brasil Central”, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental. Rio de Janeiro, RJ, 8 out. 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del5878.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5878.htm)
- CARVALHO, Ana Paula Rodrigues. As bandeiras no Estado Novo: o conceito de Biodemocracia em A Marcha para o Oeste de Cassiano Ricardo. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 237–249, 2018. DOI: 10.21680/1984-817X.2018v13n01ID17615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17615>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- CAVALCANTE SANTANA, Áurea .; YALIKAWAINDALOSSU NAMBIKWARA, V. . S. .; SAWENTESU NAMBIKUARA, N. Observações fonéticas e fonológicas das vogais na língua Wakalitesu. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/63598>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- CAVALCANTE, Washington Heleno. A utilização da mídia escrita e da caravana ford como estratégias do governo de Rondônia para conclusão da BR-29. In: BURGEILE, Odete; BUENO, José Lucas Pedreira; PACÍFICO, Juracy Machado (org.). **Olhares da mídia na Amazônia**: movimentos e manifestações. Porto Velho: Edufro, 2016. Cap. 4. p. 49-61.
- COIMBRA, Denilson José dos Santos; FANTIN, Maria Eneida. A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ E O SURGIMENTO DE PORTO VELHO. **Caderno Intersaberes**, Cúritiba, v. 9, n. 20, p. 1-27, 20.
- COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. **Wanintesu**: um construtor do mundo nambiquara. 2008. 494 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- COSTA, Anna Maria Ribeiro F. Moreira da. **O Homem Algodão**: uma etno-história nambiquara. Cuiabá: Edufmt, 2009. 424 p.

COSTA, Paula Mendes. **Fonologia segmental e suprasegmental do Nambikwara do Campo (Nambikwara do Sul)**. 2020. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto. O governo de Getúlio Vargas e a política de expansão de fronteiras no Brasil Central (1930-1945). **Research, Society And Development**, [s. l.], v. 11, n. 6, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29385>

EARP. Fábio de Silos Sá; KORNIS, George. O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas. In: Raul Mendes Silva, Paulo Brandi Cachapuz e Sérgio Lamarão. (Org.). **Getúlio Vargas e seu Tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, v. 1, p. 29-36.

FIORI, Marcus Fernando. BR-364: do desenvolvimento ao desmatamento. **Revista Veredas Amazônicas**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 67-82, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: Encontro nacional de Economia da ANPEC, 32., 2004, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Cap. 5. p. 155-179. (O Brasil republicano). Edição em Formato EPUB de 2019, revisada e com modificações nos capítulos.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988)**. São Paulo: Unesp, 2011. 416 p.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o estado-nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

JORDÃO DE BRITO, Paulo Osório. A Fundação Brasil Central. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 1, n. 1 e 2, p. 57 - 61, 2022 (1948). Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/7401>.

KOHLHEPP, Gerd; SILVA, Sandro Dutra e. Colonização no Brasil Central: a fronteira agrícola em mato grosso entre as décadas de 1950 a 1970. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, [s. l.], n. 39, p. 50-81, jan. 2022.

LEMONS DE SOUZA, R.; DE OLIVEIRA, J. E. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. **Tellus**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 105-138, 2019. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/582>.

LEOPOLDINI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930**

ao apogeu do estado novo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Cap. 8. p. 254-305.

LIGNANI, L.B. **A ciência entre o uso seguro e a proibição dos agrotóxicos**: toxicologia, políticas de saúde internacional e regulamentação agrícola na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (Brasil, 1937-1985). 2022. 513 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

MACIEL, Dulce Portilho. ESTADO E TERRITÓRIO NA HINTERLÂNDIA BRASILEIRA: as ações da fundação brasil central (FBC) - 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELO, Marcelo de (org.). **Território, cidades e cultura no cerrado**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012. Cap. 2. p. 29-53.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico: o caso da fundação brasil central. **Varia Historia**, [S.L.], v. 35, n. 69, p. 895-919, dez. 2019.

MARTINI, E.A. **AGENT ORANGE: History, Science, and the Politics of Uncertainty**. Boston: University of Massachusetts Press, 2012. 347p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 4. p. 155-194. (O Brasil republicano). Edição física de 2003. Posteriormente houveram modificações nos capítulos do volume.

NETTO, Luiz Antonio de Sousa. **Fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Nambikwára do Sul)**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. A geopolítica rodoviária no Noroeste: a vertebração da br-364. **Revista de Geopolítica**, [S.L], v. 8, n. 2, p. 48-62, 2020.

PRICE, David. **Before the Bulldozer**: the nambiquara indians and the world bank. Washington: Seven Locks Press, 1989. 212 p.

REESINK, E. Os Sabanê e os povos do Nambikwara do Norte: etnohistórias das ruínas da história e de recriações tardias. **Tellus**, [S. l.], n. 29, p. 113–133, 2016. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/341>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SILVA, Sivaldo Correia da. **Uma gramática descritiva do Nambikwara do Campo (Nambikwara do Sul)**. 2021. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira. COLONIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1970, RONDÔNIA E A BR-364. **Espaço em Revista**, [S.L], v. 22, n. 1, p. 82-100, 2020.

TELLES, S.. Traços laringais em Latundê (Nambikwára do Norte). **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, n. 2, p. 291–306, maio 2013.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 5. p. 195-216. (O Brasil republicano). Edição física de 2003. Posteriormente houveram modificações nos capítulos do volume.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

ZIERLER, David. **The Invention of Ecocide: agent orange, vietnam, and the scientists who changed the way we think about the environment**. Athens, Georgia: University Of Georgia Press, 2011. 252 p.

## FONTES

ALMEIDA, Silbene de. A História de Jacutinga: a história de um nambiquara que, durante oito anos, tenta voltar à sua aldeia. **Aconteceu**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 234-238, 1984. Especial. Edição Especial: Povos Indígenas do Brasil/1984.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **SUDAM, BASA, SIDERAMA, OLPASA**. 29 set. 1970. Acervo do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70025665 - Dossiê.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **INSTALAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL DA DOW QUÍMICA S/A EM FRANCO DA ROCHA/SP**. 04 de abr. 1977. Acervo do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77104974 – Dossiê.

BRASIL. Ministério do Interior, Divisão de Segurança e Informações (DSI/MINTER). **PRONUNCIAMENTO DO DEP. DANTE OLIVEIRA (PMDB MT)**. 20 ago. 1981. Acervo do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81019107.

BRASIL. Ministério do Interior, Divisão de Segurança e Informações (DSI/MINTER). **Encontro indígena com o Papa-Manaus/AM**. 08 jul. 1980. Acervo do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80009327 - Dossiê.

CARELLI, Vincent; SEVERIANO, Milton. **Mão branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?**. Goiás: Brasil Debates, 1980. 24p.

SILVA, Pedro Agostinho da. **Avaliação do Projeto Nambikwara - 04.12.75**. MINTER - FUNAI. Acervo do Instituto Socioambiental. Código: NAD00018